



# Revista do **CLUBE NAVAL**

ISSN 0102-0382 • ANO 133 • Nº 415 - JUL/AGO/SET 2025

**DE SETEMBRO**  
Independência do  
**BRASIL**

*“Do universo  
entre as nações  
resplandece  
a do Brasil”*



# ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

DEIXE DE PAGAR IMPOSTO DE RENDA PARA O RESTO DA VIDA

## QUEM PODE DEIXAR DE PAGAR I.R. E RECEBER RETROATIVOS

- Militares da Reserva
- Militares Reformados
- Pensionistas de Militares
- Aposentados do Serviço Público ou da Iniciativa Privada
- Pensionistas
- Herdeiros

## QUE DOENÇAS GERAM ISENÇÃO DE I.R.

MESMO CURADO VOCÊ TEM DIREITO

- Câncer (Inclusive de pele)
- Cardíacas (Diversas)
- Paralisia
- Enfermidades Psiquiátricas
- Parkinson
- Moléstia profissional
- Tuberculose
- Esclerose múltipla
- Hanseníase
- Cegueira (Inclusive Monocular)
- Espondiloartrose Anquilosante
- Doenças Renais
- Doenças no Fígado
- Doença de Paget
- Contaminação por Radiação
- AIDS



Site

[www.impostolivre.com.br](http://www.impostolivre.com.br)



Email

[contato@impostolivre.com.br](mailto:contato@impostolivre.com.br)



WhatsApp\*

+55 21 98186-3996



\*Contato preferencialmente por WhatsApp

# SUMÁRIO

## PALAVRAS DO PRESIDENTE

- 4 Alte Esq (RMI-FN) Alexandre José Barreto de Mattos

## EDITORIAL

- 5 CMG (RMI) Alberto Piovesana Júnior

## EM PAUTA

- 6 Eventos e comemorações na Sede Social

## SEMANA DA PÁTRIA

- 10 Sessão Solene do Clube Naval celebra o Dia da Independência
- 11 A relevância da Marinha na conquista da Independência do Brasil e o contexto geopolítico atual  
Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral

## DEFESA

- 16 Saberes, pensamento crítico e superioridade cognitiva: caminhos para mitigar a era da pós-verdade, polarização política e a guerra híbrida  
CMG (EN) Ali Kamel Issmael Júnior
- 22 O redesenho do mundo  
Denis Lerrer Rosenfield

## HISTÓRIA NAVAL

- 27 Sessenta anos da participação da Marinha do Brasil na República Dominicana (1965-1966)  
CMG (Ref°-FN) Jaime Florencio de Assis Filho

## FILATELIA

- 33 A Diretoria de Hidrografia e Navegação retratada pela Filatelia  
CMG (Ref°) Fernando Antonio B. F. de Athayde Bohrer

## REFLEXÕES

- 38 Liberdade de escolha  
Cel Av Araken Hipolito da Costa

## TURISMO

- 40 Da vibrante Santiago à icônica Pucón: uma travessia pelo Chile  
CF (T) Rosa Nair Medeiros

## REMINISCÊNCIAS

- 46 As aventuras de duas vidas  
CMG (Ref°) Aguinaldo Aldighieri Soares

## ÚLTIMA PÁGINA

- 50 4º Salão Itinerante “Navega Brasil”



## NOSSA CAPA

A capa desta edição remete ao célebre quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, concluído em 1888 e atualmente integrado ao acervo do Museu Paulista, bem próximo do Riacho do Ipiranga, onde se deu o fato.

A obra retrata o momento histórico do *Grito do Ipiranga*, em 7 de setembro de 1822, marco da emancipação política do Brasil.

O detalhe em relevo, a mão de Dom Pedro I erguendo a espada, é a expressão simbólica de coragem e determinação, elementos indissociáveis do processo de Independência do Brasil.

# PALAVRAS DO PRESIDENTE

**É** com grande satisfação que apresentamos mais uma edição da nossa revista, destacando os acontecimentos e realizações recentes do Clube Naval.

Nesta edição, vamos explorar alguns temas de relevância para todos aqueles que gostam e vivem o Nosso Clube.

A Diretoria empossada recentemente assumiu o compromisso inabalável com os valores que nos guiam. Estamos determinados a fortalecer ainda mais o Clube Naval, promovendo o contínuo processo de avanço do sistema de governança e, ainda, iniciativas que beneficiem nossos associados e colaboradores.

Assim sendo, entre outras ações que estão em curso, assinamos no mês de setembro o Acordo de Cooperação entre o Clube Naval e a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro/Pastoral do Menor, com a participação da Marinha do Brasil, por meio do programa Forças no Esporte. O referido Acordo tem o propósito de permitir que Jovens Aprendizes façam parte de nossos colaboradores, contribuindo assim, não somente com as atividades aqui

desenvolvidas, mas principalmente para uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro ponto importante que estamos trabalhando é a formulação do nosso Código de Conduta e Ética. Já em fase final de produção textual, esse documento será uma ferramenta essencial para garantir que todas as nossas ações sejam guiadas por princípios de integridade, respeito e responsabilidade. Estamos empenhados em criar um ambiente onde todos se sintam seguros e respeitados.

Especial destaque à importância da Semana da Pátria. Essa celebração é um momento oportuno para refletir sobre nossa história, nossos valores e nossa identidade nacional. Para o Clube Naval, a Semana da Pátria é especialmente significativa, pois representa um momento de homenagem aos nossos antepassados e de reafirmação do nosso compromisso com a Nação.

Esperamos que essa revista possa inspirar movimentos de reflexão e ação. Movimentos estes que permitirão a construção de um futuro melhor para todos. Agradeço aos que contribuíram para essa edição e esperamos que desfrutem da leitura. ■

**Alexandre José Barreto de Mattos**  
Almirante de Esquadra (RM1-FN) • Presidente

## CLUBE NAVAL

Av. Rio Branco, 180, 5º andar  
Centro - Rio de Janeiro / RJ  
Brasil - 20040-003

### PRESIDENTE

Alte Esq (RMI-FN) Alexandre José Barreto de Mattos

### DIRETOR DO DEPARTAMENTO CULTURAL

CMG (RMI) Alberto Piovesana Júnior

### ASSESSORA DO DEPARTAMENTO CULTURAL

CC (RMI-T) Ana Cláudia Corrêa de Araujo



## Revista do CLUBE NAVAL

Publicação trimestral editada pelo Departamento Cultural do Clube Naval. As ideias e opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, a opinião dos oficiais da Marinha do Brasil, nem do Clube Naval, a não ser que explicitamente declarado. A reprodução de matérias aqui publicadas necessita de autorização prévia da Revista do Clube Naval.

---

ANO 133 • Nº 415

---

### EDIÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Fabiana Peixoto

### COLABORADOR

José Carlos de Medeiros

### CONTATOS

revista@clubenaval.org.br  
(21) 2112-2429 / 2425



ESCANEE AQUI  
para informações sobre  
submissão de artigos

# EDITORIAL

Nesta Edição da Revista do Clube Naval, tem realce mais um aniversário da Proclamação da Independência do Brasil. Na Semana da Pátria foi realizada uma Sessão Solene em alusão àquele histórico momento da vida da Nação brasileira. A alocução “*A relevância da Marinha na conquista da Independência do Brasil e o contexto geopolítico atual*” é um destaque. A essência deste tema continua evidente em “*Liberdade de Escolha*”.

No campo da geopolítica, “*O redesenho do mundo*” traz à luz as relações de forças e de interesses que estão moldando o cenário atual das relações internacionais.

Reforçando a ideia de que o conhecimento liberta, “*Saberes, Pensamento Crítico e Superioridade Cognitiva*” nos fala sobre como o excesso de informações e a instabilidade nas relações e estruturas sociais nos conduzem a um período de incertezas em um cenário marcado pela pós-verdade e polarização.

“*A Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) retratada pela filatelia*” é um convite a um aprazível passeio cultural pela história da filatelia brasileira, com destaque para os faróis da costa brasileira e navios da DHN.

Em 1965 foi constituído o FAIBRAS (Força Armada Interamericana do Brasil) para atuação na Guerra Civil na República Dominicana. “*Sessenta Anos da participação da Marinha do Brasil na República Dominicana (1965-1966)*” realça a contribuição da Marinha, que participou dessa Força de Paz com tropas do Corpo de Fuzileiros Navais.

“*Da vibrante Santiago à icônica Pucón*” narra aspectos turísticos, históricos e culturais do vizinho Chile.

Em “*As Aventuras de duas vidas*”, são trazidas a lume reminiscências da vida de dois amigos do autor, revelando peculiaridades interessantes dessas duas pessoas.

Se é verdade que, segundo autor desconhecido, “*A Marinha é a alma da Pátria a navegar pelos mares*”, o Navio-Escola “BRASIL”, em mais uma Viagem de Instrução de Guardas Marinha, leva em seu bojo peculiar natureza cultural da alma dessa nossa grande Nação, pois é uma beleza a coleção de quadros doada por Membros da Academia Brasileira de Belas Artes para compor a “*Exposição Itinerante Navega Brasil*”. ■

**Alberto Piovesana Júnior**

Capitão de Mar e Guerra (RM1) • Diretor Cultural

## ATIVIDADES NO CÍRCULO LITERÁRIO

O Círculo Literário promoveu, no último trimestre, dois importantes encontros. No dia 9 de julho, foram realizados o Recital Literário e o 19º e 20º Seminários Literários, que contaram com a palestra de Ilda Bonfim sobre a vida e a obra de Olavo Bilac, grande nome da poesia parnasiana brasileira. Já no dia 10 de setembro, ocorreu a cerimônia de premiação do Concurso Literário 2025, que reconheceu talentos nas categorias poesia, crônica e conto. Entre os vencedores, destacou-se a participação dos Aspirantes da Escola Naval, que conquistaram metade dos prêmios.



Nas fotos, a palestra sobre Olavo Bilac e os aspirantes que participaram do Concurso Literário 2025

## CLUBE NAVAL RECEBE EQUIPE DO THEATRO MUNICIPAL RJ

Em 28 de julho, o Clube Naval realizou a visita guiada para a equipe do Setor Educativo do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. O grupo, responsável pelas atividades culturais e pedagógicas da instituição, é composto por especialistas, recém-formados e estagiários de diferentes áreas, todos engajados na missão de aproximar o público do patrimônio histórico e artístico do Theatro Municipal. A presença no Clube Naval proporcionou uma troca enriquecedora de experiências entre as duas instituições.



## CURSO FEMAR: “INTRODUÇÃO AO OFFSHORE”



No dia 10 de setembro, o Clube Naval deu início a mais um curso realizado em parceria com a FEMAR: “Introdução ao *Offshore*”, ministrado pela professora Amanda Itani. A iniciativa faz parte do acordo firmado entre as instituições, por meio do qual são oferecidos quatro cursos anuais aos sócios. O próximo curso, o último de 2025, terá início no dia 4 de novembro e abordará o tema “Comércio Marítimo”.

## PALESTRAS

O último trimestre trouxe quatro palestras para nossos sócios, como parte da programação anual do Clube Naval, organizada pela Presidência e pelos Grupos de Interesse. Agradecemos a todos que participaram, contribuindo para o sucesso dos encontros.

### PALESTRA DA PRESIDÊNCIA

**1. Reforma Global da Defesa em tempos incertos e com recursos escassos (24/07) – Organizada em parceria com a Comissão Interclubes Militares**

Palestrante: Prof. Dr. CMG (RM1) Salvador Ghelfi Raza  
Diretor Executivo do Instituto CeTRIS e Especialista em Segurança Internacional e Defesa

### GRUPO DE INTERESSE CIDADANIA (GIC)

**2. Profetas da Esperança. Brasil Esperança. (10/07)**

Palestrante: V Alte (Ref<sup>o</sup>) Sergio Tasso Vásquez de Aquino

**3. Ao bom combate pelo bem, pela verdade, pela justiça e pela liberdade (21/08)**

Palestrante: V Alte (Ref<sup>o</sup>) Sergio Tasso Vásquez de Aquino

**4. O Foro de São Paulo: concepção, data de criação, propósito e consequências (18/09)**

Palestrante: V Alte (Ref<sup>o</sup>) Rui da Fonseca Elia

1



2



3



4



## FESTA JULINA NA SEDE SOCIAL

No dia 31 de julho, a Sede Social se transformou em um verdadeiro “arraiá” no Salão dos Conselheiros, no 4º andar. Sócios e convidados aproveitaram a noite com deliciosas comidas típicas e a animada apresentação de Borá Bizarro e Gabriel Serrano, que levaram música boa e muita alegria a todos os presentes.

## COMEMORAÇÕES DO DIA DOS PAIS NO CLUBE NAVAL



O Clube Naval celebrou o Dia dos Pais com dois momentos especiais em agosto. No dia 11, o Salão Passadiço recebeu um coquetel em homenagem aos pais, que contou com clima de confraternização e a animada apresentação da Banda @DEUBOM. Dando sequência às comemorações, no dia 29 foram realizados os torneios relâmpago de xadrez e dominó, que reuniram associados em um clima de amizade e descontração. As partidas de xadrez aconteceram na Sala de TV, enquanto o dominó foi disputado no Tijupá Bar. Um destaque especial vai para a jovem Lana Cordeiro, de apenas sete anos, que encantou a todos com sua participação no torneio de xadrez, mostrando talento e entusiasmo que enriqueceram a competição.

Os vencedores receberam medalhas em reconhecimento ao bom desempenho:

- **Dominó (ponta de quina):** Comte Costa Braga e Comte Cruz
- **Xadrez:** Aspirante Hiroshi (Escola Naval)

## HOMENAGEM AOS VETERANOS E EX-COMBATENTES

Com o propósito de preservar a história e valorizar o legado daqueles que dedicaram suas vidas ao serviço da Nação, o Clube Naval realizou, no dia 20 de agosto, sua tradicional homenagem aos integrantes da Marinha do Brasil e da Marinha Mercante que perderam suas vidas em operações durante a 2ª Guerra Mundial. O evento, marcado pela reverência e respeito à memória desses heróis, contou com a presença de ex-combatentes, veteranos, integrantes da Diretoria do Clube e convidados, que participaram de um coquetel e de um almoço de confraternização no Salão Nobre da Sede Social.



**Presença especial dos ex-combatentes:**  
2º Tenente (Refº) Melchisedech, CMG (Refº) João Baptista e 1º Tenente (Refº) José Osorio



Na foto, o 1º Vice-Presidente do Clube Naval, Almirante Ralph Dias, o Presidente da FEMAR, Almirante Campos, o Presidente do Clube Naval, Almirante Alexandre, o Vice-Presidente da FEMAR, Almirante Jayme, e o Diretor da CABENA do Clube Naval, Almirante Magno

## VISITA À FEMAR

No dia 10 de setembro, o Presidente do Clube Naval realizou visita à Fundação de Estudos do Mar (FEMAR), instituição criada em 31 de maio de 1966, por iniciativa do então Presidente do Clube Naval, Almirante de Esquadra José Santos de Saldanha da Gama. Desde sua origem, a FEMAR tem como propósito contribuir para a formação e difusão da mentalidade marítima no Brasil, desenvolvendo e apoiando atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica voltadas ao conhecimento do mar. Atualmente, a Fundação mantém parceria com o Clube Naval oferecendo, anualmente, quatro cursos ao quadro

social, com o objetivo de promover aprimoramento cultural e técnico-profissional aos sócios. A visita teve como propósito conhecer de perto as instalações e atividades desenvolvidas pela FEMAR, além de reforçar os laços de cooperação já estabelecidos entre as duas instituições.

## PARCERIA CLUBE NAVAL E PASTORAL DO MENOR EM APOIO A JOVENS APRENDIZES

No dia 12 de setembro, foi realizada a assinatura do contrato entre o Clube Naval e a Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, com a presença da Marinha do Brasil, consolidando uma parceria voltada para jovens aprendizes vinculados à Pastoral do Menor. A iniciativa busca oferecer oportunidades de formação e inclusão social a adolescentes em situação de vulnerabilidade. O ato contou com a presença do Presidente do Clube Naval, Almirante de Esquadra (RM1-FN) Alexandre José Barreto de Mattos, do Cardeal Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, Dom Orani João Tempesta, além da Coordenadora da Pastoral do Menor, Doutora Geovana Silva.



## CHÁ DA PRIMAVERA

O Chá da Primavera reuniu sócias e convidadas no dia 23 de setembro, no Salão Nobre da Sede Social. Uma tarde especial com muitos sabores e música ao vivo para celebrar a chegada da estação das flores.





## SESSÃO SOLENE DO CLUBE NAVAL CELEBRA O DIA DA INDEPENDÊNCIA

No dia 4 de setembro, o Clube Naval realizou, no Salão dos Conselheiros de sua Sede Social, a tradicional Sessão Solene alusiva ao Dia da Independência do Brasil. A cerimônia foi aberta com a execução do Hino Nacional e, em seguida, o Presidente do Clube, Almirante de Esquadra (RM1-FN) Alexandre José Barreto de Mattos, convidou para compor a mesa o ex-Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra (Refº) Mauro César Rodrigues Pereira, e o Presidente do Conselho Diretor, Almirante de Esquadra (RM1) Liseo Zampronio.

Após aberta a sessão, o Professor Doutor Ricardo Pereira Cabral proferiu a palestra “A relevância da Marinha na conquista da Independência do Brasil e o contexto geopolítico atual”, reproduzida nas páginas seguintes desta edição. Em seguida à palestra, foi executado o Hino da Independência, encerrando, então, o evento solene. ■



Nas fotos acima, a mesa composta pelo Presidente do Clube e seus convidados e o Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral durante sua palestra



Em homenagem ao Dia da Independência, a Sede Social recebeu decoração especial nas cores da Bandeira do Brasil

# A RELEVÂNCIA DA MARINHA NA CONQUISTA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

## e o contexto geopolítico atual

Ricardo Pereira Cabral \*

*Alocução proferida durante a Sessão Solene alusiva ao Dia da Independência do Brasil*

### CONTEXTO HISTÓRICO EUROPEU

Em 1822, o mundo ocidental ainda sentia os reflexos do movimento Iluminista, das Guerras da Revolução e do Império Francês que difundiram os ideais políticos do liberalismo e do nacionalismo. As tropas francesas criaram uma onda liberal que varreu o absolutismo de boa parte da Europa e liberou as forças sociais e políticas da classe média ávida para participar do processo político e as forças centrífugas do nacionalismo em ascensão. Todo esse movimento político teve grande impacto nas Américas; podemos afirmar que o movimento percussor foi a Revolução Americana (1765-1791) criando uma república

de acordo com o ideário político iluminista e serviu de inspiração para os movimentos de independência nas Américas.

O exemplo da Revolução Americana, o enfraquecimento dos Impérios Espanhol e Português provocado pelas invasões napoleônicas estimularam as populações americanas a buscarem a emancipação política de suas metrópoles. Com relação à questão da independência das colônias luso-espanholas, o apoio do Império Britânico a esses movimentos foi fundamental para o sucesso.

A partir de 1810 ocorreu uma série de rebeliões vitoriosas que expulsaram os espanhóis das Américas as quais destacamos a Venezuela (1810), Paraguai (1811), Províncias Unidas do Rio da Prata (1816), Chile (1818), Grã Colômbia (1819), Peru (1821) e Bolívia (1822).

Em 1815, esses movimentos de independência na América Espanhola levaram D. João VI a pro-



curar atender as demandas brasileiras por maior autonomia econômica e participação política nos assuntos nacionais que levou a elevação do Brasil à condição de Reino Unido com Portugal.

## **O BRASIL NO PERÍODO DA INDEPENDÊNCIA**

Desde fins do século 17, o Brasil viu surgirem movimentos que reivindicavam a independência, dos quais destacamos a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), a Revolução Pernambucana (1817) e o Movimento Constitucionalista (1821), em Pernambuco. Neste período já estava se configurando um cenário de conflito de interesses entre a colônia e a metrópole. As maiores demandas da elite colonial eram a falta de participação política dos colonos nas decisões relativas ao Brasil e os entraves ao livre comércio e ao desenvolvimento das manufaturas que impediam o progresso colonial.

A vinda da família real portuguesa fugindo da invasão francesa (1808) provocou uma série de mudanças na estrutura governamental com a instalação de vários órgãos administrativos portugueses e a revogação de várias medidas restritivas ao desenvolvimento colonial. De certa forma, a instalação do governo do Reino no Rio de Janeiro abriu espaço para uma tímida participação dos locais na alta direção do reino.

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido por D. João VI (1815) tinha como um dos objetivos políticos reduzir os anseios pela independência ao mesmo tempo que fortalecia a posição portuguesa no Congresso de Viena.

Toda a construção política para manter Brasil e Portugal unidos foi destruída pela Revolução Liberal do Porto (1820). Se, por um lado, a revolução buscava o fim do absolutismo e a instalação de uma monarquia constitucional, por outro por motivos políticos e econômicos visavam revogar o estatuto do Reino do Brasil e a reinstauração do pacto colonial, medida inaceitável para os brasileiros.

Em 1822, o Reino do Brasil possuía por volta de 4.479 milhões de pessoas, grande parte composta por escravos e mestiços. A maior parte da população se concentrava nas cidades litorâneas. O interior era pouco habitado, existiam poucas localidades que se poderia chamar de cidades no interior

e as maiores estavam localizadas, principalmente, em São Paulo e Minas Gerais. As expedições patrocinadas pelo Estado e particulares haviam alargado o território sobre domínio nominal da Coroa portuguesa, mas seu controle era precário, não existiam estradas e as grandes distâncias entre os vários núcleos urbanos faziam da navegação costeira o meio mais rápido de comunicação.

Apesar da estrutura burocrática administrativa portuguesa tender à centralização, as várias províncias mantinham vínculos e estatutos próprios em relação à metrópole e a autoridade do príncipe D. Pedro era mais nominal e simbólica, do que uma realidade.

A sociedade era profundamente desigual, composta majoritariamente por negros escravizados e mestiços. Homens livres de várias categorias sociais nascidos na terra controlavam boa parte da riqueza agrária, enquanto que os reinóis controlavam os principais cargos políticos e militares. Existia uma “classe média” constituída de comerciantes, profissionais liberais, proprietários de terra, mineradores etc.

A identidade nacional, o sentimento de nacionalismo e o patriotismo estavam em processo de desenvolvimento; no período da independência não existia uma consciência nacional.

Em relação à economia, a mineração estava em decadência absoluta, a colônia e depois vice-reino dependia das grandes propriedades agroexportadoras, a manufatura sofria todo o tipo de embargo e era pequena e pouco desenvolvida.

## **O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA**

A crise política desencadeada pelo “Dia do Fico”, em 9 de janeiro de 1822, precipitou uma série de medidas visando dar ao Príncipe D. Pedro o controle efetivo do Reino do Brasil, algo improvável sem que tivesse as forças militares sob seu comando. O regente teve que mudar o comando e expulsar para Portugal todos os agentes civis e militares que questionavam sua autoridade. Se isso foi possível no Rio de Janeiro, no Norte e Nordeste a sua autoridade era muito questionada. A organização de novas forças militares leais ao príncipe era fundamental.

Após a declaração de independência, D. Pedro tratou de assegurar o controle do núcleo dinâmi-

co do Brasil, o tripé São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais, cujas elites estavam, majoritariamente, interessadas na emancipação política do Brasil. Este núcleo foi a base política e econômica que permitiu a D. Pedro organizar as forças navais necessárias para apoiar as operações em terra, deslocar as tropas pelo País, controlar as linhas de comunicação marítimas que interligavam o País e derrotar a esquadra portuguesa.

As províncias do Norte e parte da província Cisplatina permaneciam leais às Cortes portuguesas. No Nordeste, a região açucareira (Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba), Ceará e Piauí (áreas econômicas periféricas), Bahia (a economia mais diversificada da região), o Maranhão (grande produtor de algodão) e o Pará (entrada para a região amazônica) eram muito ligados às correntes mercantis metropolitanas e mantinham fortes laços com a aristocracia e a nobreza portuguesa, pois eram favorecidas pela proximidade marítima e consolidadas correntes comerciais.

Neste sentido o esforço militar deveria ser feito no Nordeste, cujas lealdades à causa da independência, grosso modo, estavam um tanto quanto divididas. Dependendo da província, as elites eram mais fiéis às Cortes enquanto que as camadas populares mais devotadas à causa da emancipação política.

A estrutura administrativa criada por D. João VI no Brasil era praticamente a mesma que existia em Portugal, a maioria era composta por portugueses (oficiais e praças) cuja lealdade, a medida que a Independência do Brasil se tornava inexorável, passou a ser, para dizer o mínimo, duvidosa, como ocorreu em vários episódios no decorrer da guerra de independência.

A estrutura organizacional da Marinha Imperial foi herdada da Armada Real e a infraestrutura composta pelos arsenais de marinha distribuídos no litoral das principais províncias, com todas as suas limitações, era capaz de fazer a manutenção, reparos e construir navios, colaborando de forma decisiva nas operações navais brasileiras.

Com a declaração da independência, as unidades da Armada Real no Rio de Janeiro ficaram sob o controle de D. Pedro e formaram o núcleo da Marinha Imperial. A esquadra era composta por quinze navios de guerra (fragatas, corvetas, bri-

gues, canhoneiras e escunas). A fim de aumentar a esquadra, o governo brasileiro recorreu à recuperação de navios de guerra portugueses fora de serviço, empréstimos, doações de patriotas e navios apresados dos portugueses.

Com relação ao pessoal, a grande maioria das tripulações era constituída de oficiais e praças portugueses e alguns poucos brasileiros. A lealdade desse pessoal era duvidosa, faltavam oficiais subalternos e marinheiros experientes. A fim de preencher essa lacuna, Felisberto Caldeira Brant foi acionado para contratar pessoal em disponibilidade que havia servido à Marinha Real Britânica. Para comandar a Esquadra Imperial, José Bonifácio contratou Lord Thomas Cochrane (sugestão de Caldeira Brant), que estava no Chile. O governo recrutou outros oficiais tais como David Jewtt (norte-americano), John Taylor, Thomas Crosbie, John Pascoe Grenfell, James Shepherd, Stephen Clewley entre outros.

### **ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA NA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA**

A organização de uma poderosa Marinha Imperial era considerada fundamental para assegurar a unidade de um país com mais de 7.500 km de litoral, cujas regiões se interligavam, basicamente, pela via marítima.

A liderança militar brasileira decidiu controlar as linhas de comunicações marítimas entre Brasil e Portugal, impedir que os reforços portugueses desembarcassem nas cidades ainda controladas pelos portugueses, e combater os navios portugueses.

Na Cisplatina, havia um esquadrão brasileiro comandado pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes bloqueando os portugueses em Montevideú, enquanto eram assediadas por terra pelas tropas do Exército Imperial e milícias comandadas pelo General Carlos Frederico Lecor. A princípio, a situação estava sob controle, o que permitiu que o esforço da Marinha Imperial se concentrasse no Norte e no Nordeste onde a situação exigia maiores esforços.

No Nordeste, o principal foco de resistência era a Bahia e para lá foi enviado o Almirante Cochrane. Salvador estava nas mãos das forças portuguesas comandadas pelo Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo. A cidade estava sitiada por terra

pelas forças brasileiras sob o comando do general Pierre Labatut. As forças navais, sob o comando do Segundo Tenente João Francisco de Oliveira Bottas, bloqueavam a Ilha de Itaparica.

A força naval portuguesa, sob o comando do Chefe de Divisão Félix dos Campos, era composta por uma nau, duas fragatas, uma escuna, uma charrua, cinco corvetas, um brigue e uma sumaca. A posição portuguesa em terra era complicada, mas a superioridade naval mantinha abertas as comunicações marítimas. A esquadra lusa representava uma grande ameaça estratégica e precisava ser neutralizada.

Em 1º de abril de 1823, Cochrane partiu do Rio de Janeiro com uma esquadra composta por: uma nau, uma fragata, duas corvetas, um brigue-escuna e um brigue. Sua missão era bloquear a cidade de Salvador e demais localidades sob controle dos portugueses e destruir a esquadra inimiga.

No dia 4 de abril, a Fragata “Niterói”, sob o comando do Capitão de Fragata John Taylor, seguiu para a Bahia e, no dia seguinte, mais um brigue-escuna e dois brulotes tomaram o mesmo rumo.

No dia 4 de abril de 1823, deu-se o combate entre as duas esquadras. Cochrane tomou a iniciativa e transmitiu o sinal de “atacar o centro e a retaguarda”. Investiu contra a linha portuguesa com a intenção de cortá-la à altura do oitavo navio e destruir os quatro últimos navios da retaguarda antes que a vanguarda voltasse para intervir no combate, manobra audaciosa bem de acordo com o espírito agressivo do Lord.

A manobra só não foi tão bem-sucedida porque os outros navios que deviam acompanhá-lo foram vítimas de motim dos marinheiros portugueses que compunham as tripulações, o que forçou a retirada da Esquadra Brasileira.

Novos combates aconteceram ao longo do mês de maio com vantagem estratégica dos brasileiros, já que Felix dos Campos não se afazia ao mar para o combate. No lado brasileiro, as reclamações de Cochrane sobre a lealdade dos marinheiros e da falta de material levaram o governo do Rio de Janeiro a enviar suprimentos, armamento e munição, como também oficiais e marinheiros ingleses.

O bloqueio naval tornou a situação dos portugueses em Salvador insustentável, levando-os a abandonar a cidade em 2 de junho de 1823. Co-

chrane mandou alguns navios da esquadra perseguir os portugueses e apreender o maior número possível de embarcações, tropas e equipamentos, além de impedir o desembarque em outras províncias. A operação foi um sucesso e dos 65 navios que saíram de Salvador, apenas dezesseis navios de guerra e 23 mercantes chegaram a Lisboa.

Após o êxito na Bahia, Cochrane enviou elementos da Esquadra Imperial para Pernambuco, Maranhão e Pará. Todas as ações foram bem-sucedidas e as províncias aderiram à causa da Independência e reconheceram a autoridade do Príncipe D. Pedro. Com o sucesso no Norte, as atenções se voltaram para a Cisplatina, Cunha Moreira enviou reforços: uma corveta e três brigues que, por fim, forçaram a retirada dos portugueses.

A Guerra da Independência confirmou o papel fundamental da Marinha Imperial para a vitória e manutenção da unidade territorial. Com relação à campanha naval, devemos destacar a visão estratégica da liderança política e militar que superou as limitações de pessoal, material e recursos.

## OS PERSONAGENS

Destacamos abaixo alguns personagens muito importantes para a organização da Marinha Imperial e a Campanha da Independência.

A participação de D. Pedro e Dona Leopoldina foram fundamentais como símbolos da unidade nacional para as articulações políticas e a organização das Forças Armadas.

José Bonifácio se empenhou para a criação de uma Marinha com capacidade de fazer a guerra no mar contra os portugueses. Na visão de Bonifácio, a Marinha era o elemento essencial para garantir a independência do Brasil e manter a unidade territorial. O estadista era um visionário, propondo medidas para um país moderno e interligado, levar a capital para o centro do País, ocupar e desenvolver o interior, o fim da escravidão e integração social de negros e índios, visando construir uma nação forte e unida, com base no que chamava de “bem comum”.

Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, diplomata e principal agente brasileiro no Reino Unido, atuando como diplomata naquele país, foi o principal responsável pela contratação

de oficiais e marinheiros, compra de navios, armamento e munição para as forças brasileiras.

Almirante Luís da Cunha Moreira organizou a Marinha Imperial a partir das estruturas deixadas pelos portugueses e depois, com a incorporação de oficiais e praças ingleses, soube amalgamar as culturas navais em uma marinha combativa, criativa e destemida.

Lord Thomas Cochrane, oficial naval britânico de muito sucesso nas guerras contra o Império Napoleônico, foi contratado por José Bonifácio para comandar a Esquadra Imperial na Guerra de Independência, sendo responsável pela libertação da Bahia, Maranhão e Pará, assegurando a integridade territorial brasileira.

### A GEOESTRATÉGIA NA CAMPANHA DA INDEPENDÊNCIA

Após a luta para romper os laços coloniais, podemos afirmar que a independência é conquistada no dia a dia até hoje.

A Guerra da Independência levou o governo brasileiro à construção de vários navios em estaleiros brasileiros (Rio de Janeiro, Bahia e Pará) e no exterior; algo que, em parte, se perderia com passar dos anos. O pessoal forjado na campanha daria início a uma tradição naval fundamentada “na disciplina, audácia e na confiança da vitória”.

Esse é um ponto importante: a necessidade de se manter uma Marinha no mesmo patamar da estatura política, econômica e estratégica do País, mantendo uma capacidade de dissuasão crível.

### CONCLUSÕES PARCIAIS

Em termos geoestratégicos, a grande extensão do litoral colocava o País diante da necessidade de envidar esforços para manter uma esquadra com um número maior de meios navais e instalações logísticas a fim de oferecer apoios para as operações navais. Também estávamos diante de um dilema, a concentração dos principais meios no Rio de Janeiro não eliminava a necessidade de navios de guerra suficientes para defender a foz do Rio da Prata, do Rio Amazona e do Saliente Nordestino. Outra questão importante era que o imenso território brasileiro, mesmo com suas linhas de comunicação precárias para o interior, diminuía a

eficiência de um bloqueio naval, daí a necessidade de uma infantaria naval mais robusta para se juntar às tropas do Exército que se deslocavam para reforçar regiões ameaçadas.

Estamos diante de um período de transição da Ordem Mundial com enfraquecimento das instituições internacionais e o respeito ao direito internacional. Novos polos de poder forçam para uma ordem internacional multipolar com as grandes potências. Estão procurando criar zonas de influência constituídas de países subordinados e dependentes, ou seja, vassalos. A conjuntura internacional é volátil, instável, complexa e ambígua, e, para fazer frente a este cenário de incerteza, os gastos militares mundiais têm aumentado consideravelmente.

A geopolítica contemporânea praticamente nos impõe a necessidade de uma força naval com capacidade de dissuasão no entorno estratégico brasileiro, uma organização mais descentralizada e uma força de combate com projeção de poder para fazer guerra em múltiplos domínios, ou seja, uma força compatível com a estatura estratégica do País no sistema internacional.

Resumindo: se o Brasil não estiver sentado à mesa, com certeza estará no cardápio! ■

#### NOTA

(1) <https://oglobo.globo.com/economia/populacao-brasileira-aumentou-mais-de-40-vezes-em-quase-dois-seculos-14108442>

#### BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Robert Wagner Porto. A Esquadra da Independência e a consolidação do Estado Brasileiro: 200 anos em perspectiva histórica> Rio de Janeiro: Letras Marítimas, 2023.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil Imperial. Vol. I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- História Naval Brasileira, 3ª Vol., Tomo I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2020
- NETO, Hélio Franchini. Independência e Morte. Política e Guerra na Emancipação Política do Brasil 1821-1923. Rio de Janeiro: Topbooks, 2019
- PEREIRA, José Antônio Rodrigues; CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. Da Armada Real a Marinha Imperial. As unidades e organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2020.

---

\* Professor Doutor

# SABERES, PENSAMENTO CRÍTICO E SUPERIORIDADE COGNITIVA:

*caminhos para mitigar a era da pós-verdade, polarização política e a guerra híbrida*

Ali Kamel Issmael Júnior \*

O avanço tecnológico e a digitalização das comunicações não inauguraram uma era de esclarecimento, mas sim um período de incertezas, excesso de informação e instabilidade nas relações e estruturas sociais. Zygmunt Bauman (2001) denominou esse cenário de “modernidade líquida”, caracterizado pela fragmentação política, social e cognitiva. Nesse ambiente, emerge a pós-verdade, em que emoções e crenças pessoais prevalecem sobre os fatos objetivos na formação da opinião pública. Esse fenômeno contribuiu para o aumento da polarização política e ideológica, dificultando o diálogo racional e a construção de consensos (Keyes, 2004; D’Ancona, 2017), como representado na ilustração ao lado.

O contexto atual favorece estratégias de manipulação informacional características das guerras híbridas, que combinam revoluções coloridas<sup>(1)</sup> e guerras não convencionais, tendo as narrativas como elemento central de desestabilização sociopolítica (Korybko, 2018). Nesse cenário, o pensamento crítico assume um papel fundamental como forma de resistência cognitiva, ética e social (Lima Martins, 2025). Este artigo, portanto, analisa como os saberes estruturantes, o pensamento crítico e a superioridade cognitiva podem mitigar os efeitos da pós-verdade e da polarização política,

além de fortalecer a defesa contra ameaças híbridas à sociedade.

## OS SABERES E A ESTRUTURA COGNITIVA DA SOCIEDADE

Para compreender os mecanismos que sustentam a disseminação da pós-verdade e da polarização política, é fundamental analisar os diversos tipos de saber que estruturam a cognição social. Nagashima (2025), inspirado pela epistemologia da complexidade, propõe uma classificação essencial: senso comum, saber religioso, saber filosófico e saber científico, conforme descrito no quadro da página seguinte.

A relação entre sujeito e objeto (S-O) no saber filosófico foi tratada de formas diversas ao longo da história, desde Descartes até Foucault, refletindo diferentes compreensões sobre como a consciência interage com o mundo. Essa interação é influenciada por

fatores históricos, sociais e materiais, o que evidencia a complexidade do conhecimento humano sobre a realidade. Quando o próprio sujeito se torna objeto de manipulação – como nas revoluções coloridas que utilizam técnicas psicológicas e guerra de informação (Korybko, 2018) –, essa relação adquire um caráter político e estratégi-



**Pós-verdade e a polarização política**  
Ilustração gerada pelo autor no ChatGPT

# TIPOS DE SABERES

(Nagashima, 2025)



## SENSO COMUM

Empírico, cotidiano e funcional, útil para a sobrevivência social. No entanto, apresenta limitações por ser acrítico, baseado em tradições e generalizações. Seu problema não é existir, mas ser absoluto em situações que exigem pensamento crítico.



## SABER RELIGIOSO

Baseia-se na fé, revelação e tradição, oferecendo orientação moral e existencial. Embora essencial para muitos, não se submete a evidências empíricas, tornando-se inadequado como único critério para decisões públicas.



## SABER FILOSÓFICO

O saber filosófico busca a essência além das aparências por meio da reflexão, argumentação e problematização. Baseia-se na relação S-O e no exame crítico do conhecimento. Pensadores como Descartes, Kant, Hegel, Marx, Husserl e Foucault contribuíram com distintas visões sobre essa relação. As principais correntes filosóficas acerca da relação S-O estão relacionadas abaixo.



## SABER CIENTÍFICO

Diferencia-se pelo uso de métodos sistemáticos, verificáveis e falíveis. Ele busca explicar os fenômenos com base em evidências empíricas e teorias testáveis. É sempre provisório e sujeito à revisão.

co. Assim, a integração entre diferentes saberes, especialmente o científico, e o desenvolvimento do pensamento crítico tornam-se essenciais para alcançar a superioridade cognitiva em sociedades que aspiram à verdadeira democracia.

### RELAÇÃO SUJEITO–OBJETO NAS PRINCIPAIS CORRENTES DE PENSAMENTO

adaptado de Nagashima (2025)

**René Descartes (1596-1650):** inaugura a filosofia moderna ao colocar o sujeito pensante como fundamento do conhecimento. Com a máxima "Penso, logo existo", ele estabelece a certeza do eu como ponto de partida para entender o mundo, acessível pela razão e por ideias inatas. Assim, separa-se sujeito e objeto, sendo a mente o critério da verdade.

**Immanuel Kant (1724-1804):** supera o realismo ingênuo ao unir empirismo e racionalismo, afir-

mando que o sujeito estrutura a experiência com categorias *a priori*. O conhecimento não é da "coisa em si", mas do fenômeno, formado pela ação do sujeito. Assim, sujeito e objeto coproduzem o conhecimento, mas este é limitado ao que o sujeito organiza.

**Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831):** supera a separação entre sujeito e objeto por meio da dialética, entendendo o conhecimento como um processo histórico em que ambos se interpenetram rumo ao absoluto. O espírito se desenvolve por contradições e superações, unindo sujeito e objeto na autoconsciência. O saber é, assim, uma totalidade em constante vir-a-ser, onde a dualidade se dissolve na unidade do real.

**Karl Marx (1818-1883):** reinterpreta Hegel de forma materialista, afirmando que o sujeito e o objeto estão alienados no capitalismo. A consciência é moldada pela vida social e econômica, e a supera-

ção dessa alienação exige ação revolucionária. A relação sujeito-objeto é mediada pelas relações de produção e só se equilibra por meio da transformação concreta da realidade.

**Edmund Husserl (1859-1938):** funda a fenomenologia destacando a intencionalidade da consciência, sempre dirigida a algo. Sujeito e objeto estão inseparavelmente ligados, e a suspensão do juízo (epoché) permite acessar as essências dos fenômenos. O mundo é constituído pela experiência vivida, embora não se reduza apenas à subjetividade.

**Ludwig Wittgenstein (1889-1951):** afirmou que os limites da linguagem são os limites do mundo. Inicialmente, valorizou proposições lógicas como expressão clara da realidade. Depois, defendeu que o significado vem do uso nos jogos de linguagem, tornando o conhecimento uma prática social. A relação sujeito-objeto é pragmática, mediada pela linguagem compartilhada, sendo inseparáveis na experiência discursiva.

**Michel Foucault (1926-1984):** critica a centralidade do sujeito, vendo-o como construção histórica moldada por discursos e instituições. O objeto também é produzido discursivamente. A relação sujeito-objeto é política, pois saber e poder são inseparáveis, regulando o que se pode conhecer. Verdades e identidades são construções contingentes e estratégicas, sem essência fixa.

### GUERRA HÍBRIDA COMO AMBIENTE ESTRATÉGICO DA PÓS-VERDADE E DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA

A guerra híbrida é uma transformação estratégica que ultrapassa o campo militar, impactando esferas políticas, informacionais, culturais e cognitivas, com foco na desestabilização cognitiva em contextos de pós-verdade e polarização. Segundo os Fundamentos Doutrinários da Marinha – FDM (Brasil, 2023), os conceitos de Guerra Híbrida e Zona Cinza desafiam o Poder Naval ao integrarem ações convencionais, irregulares e cibernéticas fora dos limites do direito internacional. A Marinha do Brasil desenvolve esses conceitos, conforme ilustrado na imagem a seguir, que os posiciona no espectro dos conflitos.



Fonte: adaptado de BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-301 – Fundamentos Doutrinários da Marinha – FDM. 2023.

Autores como Frank Hoffman (2007), Andrew Korybko (2018) e Brin Najzer (2020) evoluíram os conceitos associados à Guerra Híbrida, cada um oferecendo perspectivas distintas, abaixo relacionadas.

**Frank Hoffman:** a guerra híbrida integra estratégias convencionais, irregulares, terroristas e criminais, atuando simultaneamente nos domínios físico e informacional. Conforme Hoffman (2007), caracteriza-se por sua flexibilidade, ambiguidade e adaptabilidade, sendo especialmente perigosa em democracias suscetíveis à manipulação midiática e política.

**Andrew Korybko:** Korybko (2018) define a guerra híbrida como uma forma de guerra não convencional voltada à desestabilização de Estados e à mudança de regimes, utilizando protestos, ONGs, mídias e operações psicológicas. Ela explora divisões identitárias e sociais, amplificadas por narrativas pós-verdadeiras disseminadas pelas redes sociais e mídia digital.

**Brin Najzer:** define a guerra híbrida como uma estratégia de coerção internacional eficiente, de baixo custo e com possibilidade de negação plausível. Representa um desafio sistêmico à ordem liberal ocidental, sendo utilizada por potências revisionistas para testar os limites do sistema internacional sem recorrer a confrontos armados diretos.

A guerra híbrida, especialmente na era da pós-verdade, é um ambiente estratégico centrado na desinformação e manipulação da percepção. A fragmentação cognitiva e a desconfiança institucional são simultaneamente instrumentos e objetivos desse conflito. Nesse contexto, o pensamento crítico e a superioridade cognitiva tornam-se fundamentais não apenas para a educação, mas para a segurança nacional e a soberania democrática. Combater a polarização e a pós-verdade é, portanto, disputar a hegemonia cognitiva por meio da reconstrução ética e racional dos discursos.

### **PENSAMENTO CRÍTICO COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA À PÓS-VERDADE, À POLARIZAÇÃO POLÍTICA E À GUERRA HÍBRIDA**

O pensamento crítico consiste na capacidade de avaliar argumentos com base em lógica,

evidências e honestidade intelectual (Carnielli, 2000; Lima Martins, 2025). Envolve reconhecer limitações pessoais, evitar o autoengano e considerar perspectivas divergentes. De acordo com o modelo de Kahneman (2012), retomado por Lima Martins (2025), o pensamento humano funciona por dois sistemas: o Sistema 1, rápido e intuitivo, e o Sistema 2, lento, reflexivo e analítico — onde se insere o pensamento crítico. Este requer esforço e disciplina, servindo como defesa contra vieses cognitivos, argumentos de autoridade e manipulações emocionais. Tais vieses, como demonstrado por Lima Martins (2025), resultam de heurísticas mentais e estão representados na imagem abaixo.

Em contextos marcados pela pós-verdade, polarização política e guerras híbridas, o pensamento crítico configura-se como uma defesa estratégica. Essas guerras empregam desinformação e manipulação narrativa para conquistar consciências (Hoffman 2007; Korybko, 2018), explorando fragilidades sociais e utilizando a negação plausível (Najzer, 2020). Nesse cenário, a mente humana torna-se o principal campo de batalha, e o pensamento crítico, uma expressão de soberania epistêmica. Além de resistir a manipulações emo-



cionais e discursos dominantes, o pensamento crítico também enfrenta os ataques dirigidos aos “cinco anéis” da sociedade e do indivíduo, como ilustrado abaixo. As redes sociais, por sua vez, funcionam como arenas simbólicas onde algoritmos e campanhas de desinformação alimentam golpes brandos e revoluções coloridas.



Fonte: adaptado de KORYBKO, 2018.

Dessa forma, o pensamento crítico atua como uma ferramenta contra vieses de confirmação, argumentos de autoridade, falácias e manipulações emocionais — mecanismos frequentemente mobilizados em operações híbridas de guerra informacional. Promover o pensamento crítico não é apenas uma questão educacional, mas uma exigência estratégica para proteger a sociedade de colapsos epistêmicos provocados intencionalmente por atores estatais ou não estatais engajados em campanhas híbridas de subversão.

## SUPERIORIDADE COGNITIVA COMO CAPACIDADE ESTRATÉGICA

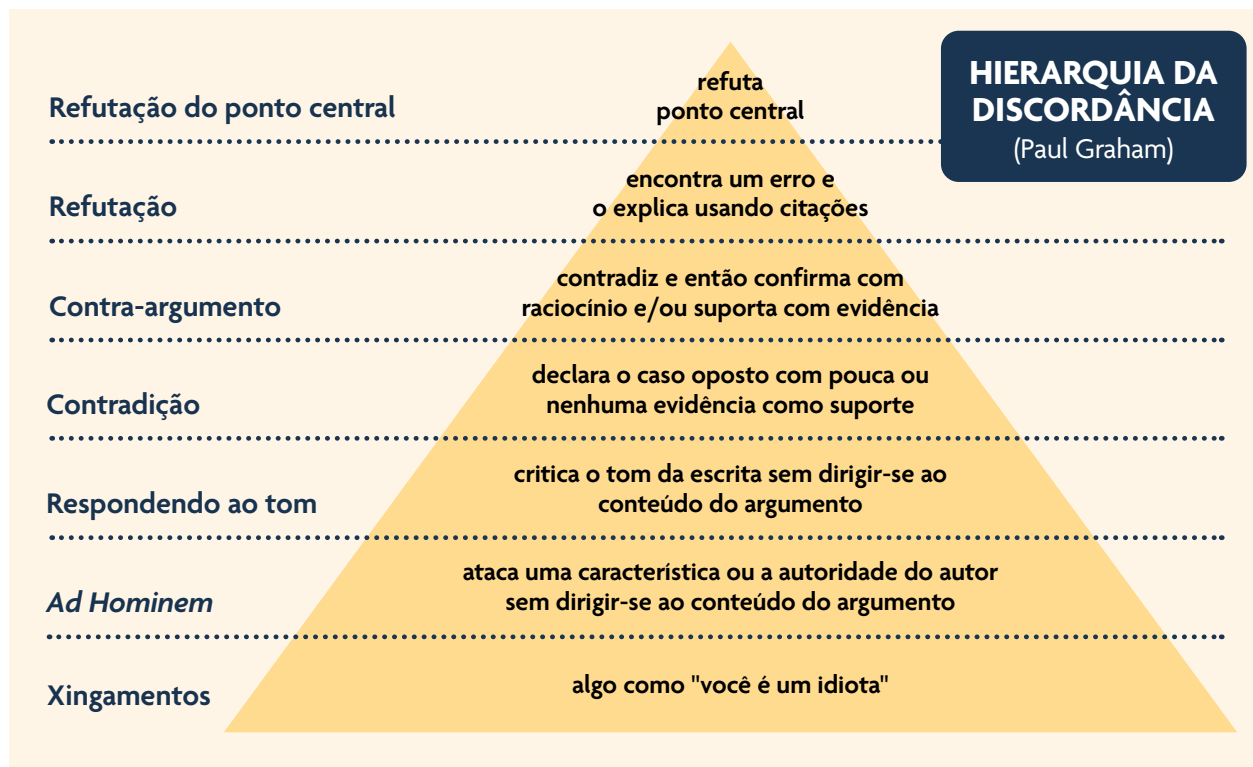
A superioridade cognitiva é definida por Hartley III e Jobson (2021) como a capacidade de perceber, compreender e agir com vantagem em contextos complexos, aplicando-se a áreas como educação, liderança e política. Grant (2021) destaca que essa habilidade exige integração de saberes, leitura de metanarrativas<sup>(2)</sup> e adaptação ágil às mudanças. Em um cenário dominado por dados, algoritmos e propaganda, torna-se um recurso estratégico essencial para sociedades livres. Essa competência é ainda mais crucial diante das estratégias de dominação de espectro total descritas por Korybko (2018), que transcendem o campo militar e abrangem os domínios simbólico, social, informacional e psicológico.

Como complemento, o modelo da **Hierarquia da Discordância**, apresentado por Paul Graham (Lima Martins, 2025 e Graham, 2008) e representado na página seguinte, organiza os níveis de argumentação — desde ataques pessoais até a refutação fundamentada — e contribui para fortalecer a superioridade cognitiva em ambientes marcados pela polarização.

Para responder a esses tipos de ameaças, é preciso formar indivíduos e instituições com discernimento, agilidade mental e sensibilidade ética. A educação crítica e interdisciplinar aparece como vetor dessa formação, com ênfase na articulação entre saberes, interpretação de metanarrativas e habilidade de identificar padrões de manipulação.

## CONCLUSÃO

Em um cenário marcado pela pós-verdade e polarização, o fortalecimento dos saberes, do pensamento crítico e da superioridade cognitiva torna-se essencial para a preservação da democracia e da civilidade. Este artigo conclui pela defesa de uma educação emancipadora, que vá além da transmissão de conteúdos e forme cidadãos capazes de interpretar, questionar e agir com discernimento, sobretudo frente às ameaças das guerras híbridas, buscando motivar reflexões que contribuam para uma sociedade mais consciente e resiliente diante dos impactos da desinformação e da manipulação narrativa sobre a soberania nacional e o bem comum. ■



**HIERARQUIA DA DISCORDÂNCIA**  
(Paul Graham)

**NOTAS**

(1) As revoluções coloridas são mobilizações sociais voltadas à mudança de regimes, utilizando redes sociais, organizações não governamentais e mídia. Apesar de aparentarem espontaneidade e caráter democrático, muitas seguem estratégias previamente planejadas, com uso de símbolos e discursos universalistas. Embora comecem de forma pacífica, podem adotar ações mais agressivas se seus objetivos não forem atingidos (Korybko, 2018).

(2) A leitura de metanarrativas é a habilidade de identificar e questionar os grandes discursos que moldam o sentido coletivo, como os de progresso, liberdade ou segurança. Segundo Grant (2021), essa leitura crítica permite reconhecer os interesses e estratégias por trás desses discursos, sendo especialmente relevante em contextos de guerras híbridas, onde o controle narrativo é fundamental.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.  
 BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-301 – Fundamentos Doutrinários da Marinha – FDM. 2023.  
 CARNIELLI, Walter A. Pensamento crítico. Campinas: Editora Unicamp, 2000.  
 D'ANCONA, Matthew. Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. São Paulo: Faro Editorial, 2017.  
 DESCARTES, René. Meditações metafísicas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.  
 FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.  
 GRAHAM, Paul. *How to disagree*. 2008. Disponível em: <https://paulgraham.com/disagree.html>. Acesso em: 28 maio 2025.  
 GRANT, Adam. Pense de novo: o poder de saber o que você não

Fonte: adaptado de LIMA MARTINS, 2025 e GRAHAM, 2008

sabe. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.  
 HARTLEY III, Dean S.; JOBSON, Kenneth O. *Cognitive superiority: information to power*. Cham: Springer, 2021.  
 HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do espírito. Petrópolis: Vozes, 2008.  
 HOFFMAN, Frank G. *Conflict in the 21st century: the rise of hybrid wars*. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.  
 HUSSERL, Edmund. Investigações lógicas. São Paulo: Edusp, 2006.  
 KAHNEMAN, Daniel. Rápido e devagar: duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.  
 KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. São Paulo: Nova Cultural, 2001.  
 KEYES, Ralph. *The post-truth era: dishonesty and deception in contemporary life*. New York: St. Martin's Press, 2004.  
 KORYBKO, Andrew. Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.  
 LIMA MARTINS, Cláudio Luiz de. Pensamento crítico. Escola de Guerra Naval. Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) 2025. Apresentação em PowerPoint. Marinha do Brasil. 2025.  
 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.  
 NAGASHIMA, O. H. Metodologia para Trabalhos Científicos. Escola de Guerra Naval. Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) 2025. Apresentação em PowerPoint. Marinha do Brasil. 2025.  
 NAJŽER, Brin. *The hybrid age: international security in the era of hybrid warfare*. London: I.B. Tauris, 2020.  
 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus logico-philosophicus. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

\* Capitão de Mar e Guerra (EN), Aluno do C-PEM 2025 na Escola de Guerra Naval



# O REDESENHO DO MUNDO

Denis Lerrer Rosenfield \*

**A**pós a invasão da Ucrânia pela Rússia, o ataque de Hamas a Israel, assim como a reação desse Estado redesenhando completamente o mapa do Oriente Médio, e a eleição de Trump, observamos o colapso da Organização das Nações Unidas (ONU) e de suas agências; nenhuma instância supraestatal conseguindo se impor. No caso específico da ONU, seu colapso se deve a ter sido apropriada por grupos de esquerda, alinhados ao terror islâmico e ao Irã e seus satélites, expondo um Ocidente europeu desorientado, sem saber o que fazer. Tal cenário coloca, assim, questões estratégicas, relativas a como países europeus, ideologicamente alinhados aos Democratas nos Estados Unidos da América (EUA), conduziram suas relações internacionais e suas concepções de defesa.

## O CONCEITO DE ESTADO

Preliminarmente, há um problema central, relativo ao conceito de Estado e, mais especificamente, à sua atuação geopolítica. Estados são vontades particulares, cada uma afirmando, conforme sua visão específica, suas respectivas individualidades, sendo um acordo entre elas algo fortuito, em todo caso, não obrigatório nem coercitivo. Pode perfeitamente ocorrer que Estados prefiram a paz

em vez da guerra como modo de preservação de seus próprios interesses e valores, porém, mesmo aí, o arbítrio de cada um não pode ser eliminado. Segue-se, então, que não pode haver um “pretor” internacional, tipo ONU, uma força maior, que se imporia aos Estados individuais, na medida em que nenhum Estado renuncia, senão submetido pela violência, à sua soberania, permanecendo essa intocável, um bem maior.

Estados agem “naturalmente” segundo interesses materiais, prestígio, sua noção específica de bem para si, em detrimento de outros Estados. Visam, neste sentido, apoderar-se dos bens de demais Estados, traduzindo-se normalmente pela conquista de territórios e submissão de sua população. Ocorre, porém, que o que vale para um Estado vale igualmente para os outros, instaurando-se um estado de conflito latente ou explícito. Todos querem diferentemente as mesmas coisas, agindo segundo a sua cobiça natural. Ora, o limite de ação de cada Estado individualmente considerado é o da ação de outro(s) Estado(s), que age(m) conforme os mesmos princípios, entrando aqui em pauta o princípio da “razão natural”, segundo o qual cada Estado procuraria, na guerra, a sua própria preservação.

A relação entre Estados caracteriza-se pela violência recíproca, virtual ou potencial, esses

interesses conflitantes podendo irromper a qualquer momento, em conflito aberto. Ou seja, o medo é constitutivo da relação natural entre Estados, mesmo quando ele parece desaparecer do horizonte, em situações de ausência de conflitos maiores que se estabelecem em um longo período de tempo. Períodos de “paz” prolongada tendem a produzir um olhar enviesado das relações internacionais, como se a guerra tivesse se tornado um mero evento passado, que não mais se reproduziria. Contudo, a violência e o medo nunca cessam de estar presentes, por mais que governantes desavisados não queiram vê-los. Desconhecer uma doença não implica a sua cura. Pelo contrário, ela não cessa de se desenvolver. Incúria também produz consequências.

Logo, cada Estado deve sempre estar preparado para um conflito maior, sob pena de sucumbir à cobiça de outro que soube fazê-lo, ensinamento esse que as lideranças políticas brasileiras ainda não souberam aplicar. Encarar o medo e preparar-se para a violência tem como condição Forças Armadas fortes, indústria de defesa pujante e poderio econômico nas áreas industriais, cibernéticas, digitais e agricultura e pecuária. O efeito dissuasão é importante para evitar ações de ataque aos territórios de cada Estado, assim como em relação a qualquer forma de bloqueio físico, sanitário ou ambiental. Atualmente, os EUA introduziram questões tributárias como formas de coerção. Não podemos esquecer que sanções ambientais e sanitárias podem igualmente fazer parte das estratégias de Estados mais fortes, que procuram, assim, fazer valer os seus interesses, apesar de o

fazerem sob o manto de considerações ditas “progressistas”. E Forças Armadas fortes pressupõem qualificação específica, hierarquia, uma indústria de defesa capaz de suprir as necessidades nacionais e além delas via exportação, saber usar o efeito dissuasório, preparar-se para o ataque e a defesa e um desenvolvimento científico e tecnológico especificamente voltado para a indústria militar.

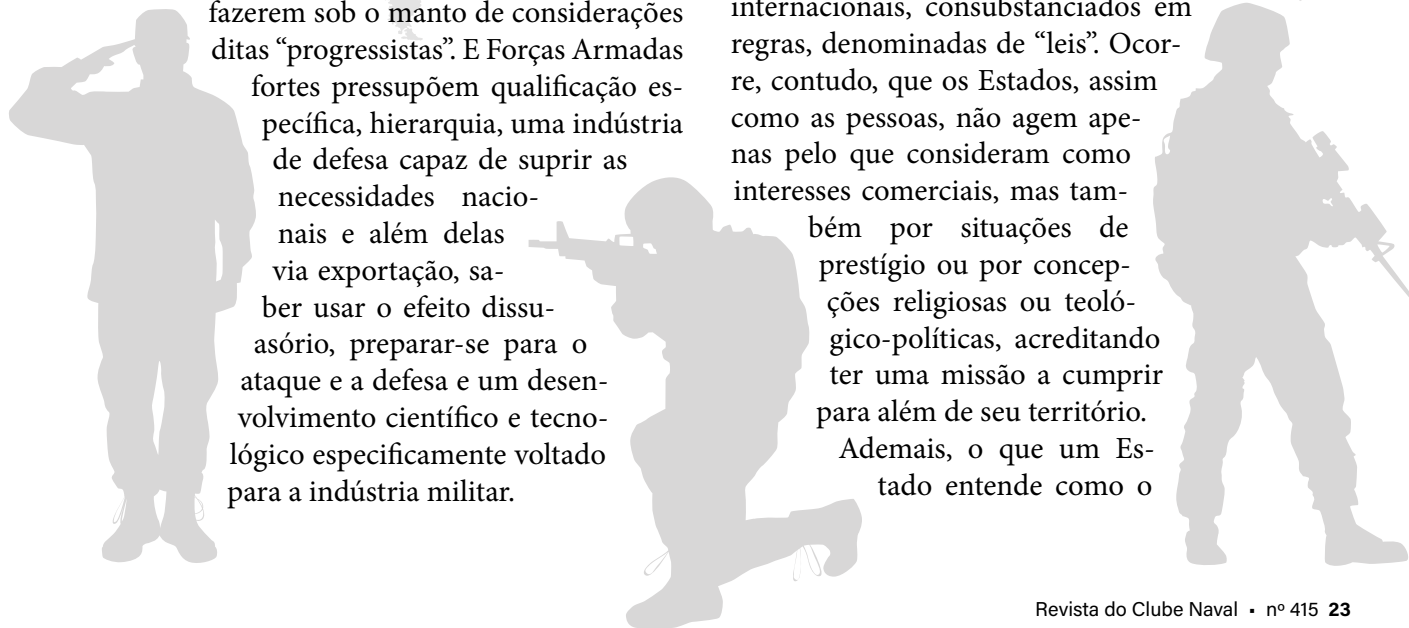
## “O efeito dissuasão é importante para evitar ações de ataque aos territórios de cada Estado”

A condição de preservação dos Estados consiste na conservação da integralidade de seus respectivos territórios. Um Estado que deixa de proteger as suas fronteiras, terrestres e marítimas, perde uma condição de sua existência. Trata-se de uma condição *sine qua non* de sua existência. Desta maneira, são preservados os seus bens materiais e, sobretudo, suas riquezas naturais, atualmente exploradas ou não. Um Estado não pode perder as condições de sua existência, assentadas em seu poderio econômico, sem o qual nem suas Forças Armadas podem ser adequadamente mantidas. Se esses elementos fundamentais de existência do Estado não forem conservados, a sua tradução será tornar-se ele presa de Estados inimigos ou simplesmente adversários, concorrentes.

### O SIGNIFICADO DA PAZ

Logo, o que significa a paz? Normalmente tenderíamos a dizer ausência de guerra, isto é, sua definição é dada por sua oposição. Por mais que se persiga a “paz”, ela sempre dependerá do consentimento dos Estados que a seguirem, sempre e quando garanta a satisfação de seus interesses. Assim, alguns vieram a acreditar que o comércio internacional poderia vir a ser uma substituição definitiva da guerra por intermédio de acordos internacionais, consubstanciados em regras, denominadas de “leis”. Ocorre, contudo, que os Estados, assim como as pessoas, não agem apenas pelo que consideram como interesses comerciais, mas também por situações de prestígio ou por concepções religiosas ou teológico-políticas, acreditando ter uma missão a cumprir para além de seu território.

Ademais, o que um Estado entende como o



seu “bem” próprio não é visto da mesma maneira por um outro Estado, portanto por outra noção de “bem”, sendo uma noção relativa à cada pessoa ou Estado. Quando essas noções conflitivas de bem forem percebidas pelas partes como insustentáveis ou escusas, o resultado será a irrupção da violência, fazendo explodir os marcos institucionais internacionais vigentes, instaurando a “lei do mais forte”, a imposição da vontade pela força. Foi o que fez a Rússia na Ucrânia, à revelia de qualquer tratado internacional, invadindo militarmente o território desse país, e Trump, reafirmando a “lei do mais forte” nas relações internacionais. Os Estados mais poderosos, como EUA, Rússia e China, apesar de suas nuances, estão simplesmente restabelecendo a “lei do mais forte” ao arrepio de qualquer instância supraestatal. E o bem maior para cada Estado, além da preservação de sua própria existência, consiste na conservação de suas posições internas e externas de poder. Eis o aprendizado que o Brasil deveria fazer e não apenas, sem nenhuma eficácia, ficar reclamando que acordos internacionais anteriores não foram respeitados. Até a observação de acordos exige uma forte postura diplomático-militar.

## A SONOLÊNCIA ESTRATÉGICA EUROPEIA

Pense atualmente no espírito e nas condições dos Estados europeus que, diante da invasão da Ucrânia pela Rússia, encontram-se diante de uma ameaça real, a guerra batendo às suas portas. Ocorre que durante décadas escolheram a submissão ao guarda-chuva militar e nuclear americano, podendo dedicar-se somente ao bem-estar material de sua população. Descuidaram-se da defesa, como se a guerra tivesse desaparecido. Viviam e vivem em um mundo ficcional. Agora, foram acordados bruscamente, sendo ameaçados e não dispendo por si mesmos de condições adequadas de defesa.

**“Estados mais poderosos, como EUA, Rússia e China, apesar de suas nuances, estão simplesmente restabelecendo a ‘lei do mais forte’ ao arrepio de qualquer instância supraestatal”**

Eis o esforço descomunal que deverão fazer nos próximos anos, devendo, para isso, adquirir um novo espírito. Não são suficientes o rearmamento e a qualificação militar se não vierem acompanhados de uma nova mentalidade. Uma coisa é a questão técnica, outra a espiritual.

Na verdade, a Europa compreendeu, equivocadamente, as relações interestatais na perspectiva do reduzido número de países que vieram a constituir a União Europeia. Mantiveram a velha concepção, ultrapassada pelos fatos, de ser o centro do mundo. Apesar de seu número ser significativo conforme uma visão europeia, o mesmo não ocorre se a olharmos sob uma perspectiva mundial. A sua ideia, naquele então, estava voltada para a não repetição de sua história do século 20, quando a ideia iluminista de um progresso cultural tinha se espatifado em Auschwitz e na alta mortandade dessas duas últimas guerras. A violência tinha mudado de patamar. A criação da União Europeia foi pensada como um “não” à repetição dessa violência, com as potências beligerantes de então, sobretudo França e Alemanha, entrando em uma estreita cooperação econômica e, posteriormente, política, institucional e financeira, com a adoção de uma moeda comum.

Contudo, esse setor da Europa Ocidental, hoje expandindo-se para a Oriental, terminou por representar-se como sendo uma sinalização para a história mundial, abrindo-se, assim, a uma nova perspectiva de relações internacionais assentada na realização da paz. A Europa viu-se como a concretização dessa nova era, dessa nova possibilidade de redução quase a zero de outra guerra. Acontece que, ao levar adiante esse projeto, abandonou a sua própria segurança, não criando nenhum Poder Militar supraestatal, permanecendo esse principalmente em mãos isoladas da França e do Reino Unido, que nem se aproximam dos poderios americano e russo.





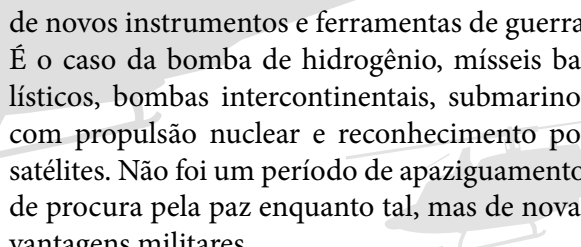
Apesar de ter conseguido eliminar o grande contencioso militar entre a Alemanha e a França, a União Europeia deixou como tarefa americana a de cuidar da União Soviética, através da criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). É como se a União Soviética e, posteriormente, a Rússia não fizessem parte do continente europeu, principalmente sua parte ocidental, a relevante em sua própria história.

Havia uma espécie de união ocidental, culturalmente falando, à qual a Rússia só se encaixaria dificilmente; em todo caso, o problema estaria sendo relegado a um futuro indeterminado, cabendo aos EUA encarregar-se das tarefas do presente, a saber, de sua defesa. Ao fazê-lo não deixou de abdicar de parte de sua soberania, pagando hoje o seu preço. Apostaram inclusive, sobretudo a Alemanha, em uma cooperação econômica com a Rússia, principalmente no setor do gás e, mesmo aqui, tornou-se ele também um instrumento de negociações que terminaram por envolver questões de soberania. Pensaram que a globalização, em seu estilo liberal, teria vindo para ficar, capaz de absorver irrupções potenciais de violência. Errou a Europa ao considerar a Rússia como ocidental de uma ou outra maneira; errou ao descartar uma outra guerra europeia como possível; errou ao não se armar adequadamente. Errou ao delegar a sua defesa aos EUA. Curiosamente, os governos de esquerda hoje, a partir da era Trump, falam com nostalgia desta época liberal, quando

foram dela acerbos críticos. Considera ainda o novo presidente americano que a defesa da Europa não é função sua, dos contribuintes americanos, mas dos europeus. Cabe ao Brasil não errar se não quiser ter no futuro problemas geopolíticos semelhantes.

### **EQUÍVOCO HISTÓRICO**

O período entre 1945 e 2025 foi compreendido, equivocadamente, como um período de paz, fruto sobretudo de um acordo entre as potências vencedoras da 2ª Guerra, em particular os EUA, a União Soviética e o Império Britânico, então já em franca decadência. Tal acordo resultou na criação da ONU, em 1946, e, posteriormente, de outras agências internacionais. Sua instância máxima foi o Conselho de Segurança em que os seus membros permanentes tinham e têm poder de veto. Desta maneira, estabeleceu-se um equilíbrio entre essas potências, tendo, como pano de fundo, o equilíbrio militar e o nuclear. Tratou-se de criar instituições que validassem o equilíbrio obtido, procurando evitar uma nova eclosão da guerra, apesar de ela estar sempre à espreita. No entanto, se as guerras, agora revolucionárias, se desenvolveram nesse período na parte sul do planeta, daí não se segue que, na parte norte, houvesse uma redução dos orçamentos militares. Pelo contrário, ocorreu um enorme incremento desses gastos militares e o desenvolvimento e a inovação



de novos instrumentos e ferramentas de guerra. É o caso da bomba de hidrogênio, mísseis balísticos, bombas intercontinentais, submarinos com propulsão nuclear e reconhecimento por satélites. Não foi um período de apaziguamento, de procura pela paz enquanto tal, mas de novas vantagens militares.

As forças militares oponentes, no Pós-Guerra, foram representadas pela OTAN e pelo Pacto de Varsóvia, assegurando as conquistas militares da 2ª Guerra, sobretudo a ocupação pelos soviéticos dos países do Leste Europeu. O equilíbrio nuclear, por sua vez, estava baseado na dissuasão que EUA e União Soviética exerciam um sobre o outro. Ambos se contiveram por um medo maior, o de uma hecatombe nuclear, de consequências aterradoras para todo o planeta. O próprio nome de “guerra fria” sinaliza que não deixamos de estar diante da guerra, diante de uma violência virtual, sempre possível, o que significa dizer que o período de “paz” foi o de uma guerra contida, uma “guerra retardada”, que não se traduziu por uma redução dos arsenais militares e nucleares, embora desse último alguns avanços tenham sido feitos. De “fria” poderia se tornar “quente” a qualquer momento.

Penso ser quase uma licença de linguagem dizer que tratou-se de um período de paz, visto que o desmoronamento da União Soviética e a queda do Muro de Berlim só aconteceram a partir do 1989, com a derrocada do comunismo, que sucumbiu, mormente, devido às suas contradições internas. Ora, o período que se diria de paz só pode ser considerado corretamente como compreendendo o intervalo entre 1989 e 2022 (data da invasão da Ucrânia pela Rússia), logo um período extremamente pequeno do ponto de vista histórico, apesar de seu predomínio na opinião pública mundial, que se encontra, por isso mesmo, ainda mais perplexa depois da eleição de Trump nos EUA. Não que outras guerras e conflitos não tenham ocorrido nesse curto espaço de tempo, mas não no teatro europeu ocidental. Pense nas guerras do Sudão, Lí-

bia, Somália, Golfo, Iugoslávia, Ruanda, Chechênia, Líbano, Gaza, Afeganistão e Iraque. Contudo, essas guerras afetaram somente lateralmente a opinião pública mundial e quando o fizeram foi por um curto espaço de tempo, não alterando a geopolítica mundial de uma forma essencial.

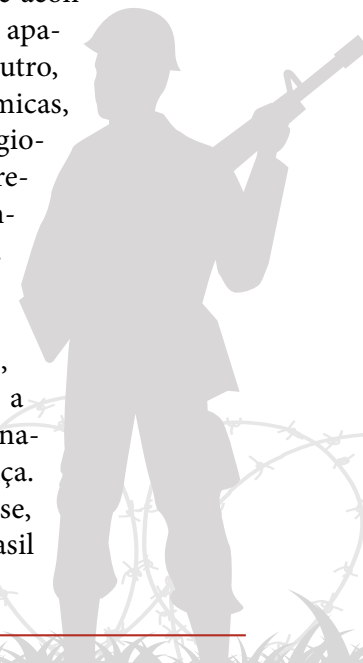
Torna-se, portanto, imperioso para o Brasil repensar a sua estratégia de defesa em sua inserção nesse novo cenário geopolítico. Apostar em alinhamentos ideológicos é o caminho mais seguro para a perda de soberania. Acreditar na benevolência dos Estados constitui um erro crasso.

**“Torna-se, portanto, imperioso para o Brasil repensar a sua estratégia de defesa em sua inserção nesse novo cenário geopolítico.”**

Crer na boa fé de interlocutores é temerário. O Brasil tem dimensões continentais, fronteiras enormes de difícil vigilância, riquezas naturais das mais importantes do mundo. Tornou-se

um celeiro internacional, além de poder tornar-se uma potência ambiental, algo cada vez mais importante. Eleições se aproximam, podendo elas representar uma oportunidade de introduzir questões estratégicas em programas políticos. O Brasil teve historicamente a sorte de não ter litígios fronteiriços maiores, em uma época em que a proximidade territorial era o mais relevante. Hoje, questões de espaço foram reduzidas digitalmente, o que acontece em um lugar do mundo aparece simultaneamente em outro, questões financeiras, econômicas, militares, diplomáticas, religiosas e de ideias em geral apresentando-se instantaneamente nos *iPhones* de cada um. A imensa costa brasileira é rica em petróleo, gás, minerais dos mais distintos tipos, agora raros também, sendo a sua defesa uma obrigação nacional. Tudo é objeto de cobiça. Quem não souber defender-se, sucumbirá aos ataques. O Brasil precisa acordar. ■

\* Escritor e colunista



Sessenta anos da participação da

# MARINHA DO BRASIL NA REPÚBLICA DOMINICANA

(1965-1966)



Jaime Florencio de Assis Filho \*

**H**á sessenta anos o Brasil enviou para a República Dominicana (RD) um contingente de militares, denominado Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana - FAIBRAS, com a tarefa de, junto com outras forças internacionais, criar condições para o retorno da paz àquele país.

Faziam parte do contingente militares das três Forças Singulares. A Marinha do Brasil (MB) se fez representar por tropas do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), que se revezaram de maio de 1965 a setembro de 1966.

Este artigo enfoca a participação da MB nesse conflito, que, se não fosse a intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA), teria transformado a RD em uma segunda Cuba no mar do Caribe.

## ANTECEDENTES

O assassinato, em maio de 1961, do ditador Rafael Trujillo, na frágil RD, permitiu a ascensão ao poder de líderes de esquerda que tinham o intuito de implantar o comunismo no país. Visando evitar que isso se tornasse realidade, em abril de 1965, os Estados Unidos da América (EUA) intervieram na RD, sob a alegação de proteger e evacuar seus cidadãos, antes mesmo que a OEA obtivesse parecer favorável para intervir, no âmbito dos preceitos que regem sua Carta.

Oportunamente, foi criada uma Força de Paz sob a égide da OEA, que desembarcou na RD com a tarefa de criar condições favoráveis para o retor-

no da ordem e o estabelecimento de um governo democrático, legalmente escolhido, por meio de eleições gerais e livres. Lutavam pelo poder os constitucionalistas (em realidade, rebelados comunistas) e os legalistas ou Governo de Reconstrução Nacional.

O governo brasileiro, consoante à decisão da X Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, decidiu enviar tropas para integrarem a Força Armada Interamericana. A participação do Brasil, em particular do Corpo de Fuzileiros Navais, marcou a presença da MB em apoio a países do continente americano.

## A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA

Os fuzileiros navais norte-americanos – os *marines* – e a 82<sup>nd</sup> Airborne Division ficaram em alerta enquanto uma frota dos EUA seguia para bloquear a Ilha “Hispaniola”, dividida pelo Haiti e a RD.

A regra do Presidente dos EUA Lyndon B. Johnson era clara. Evitar outra “Cuba” nas Antilhas, pois, nos últimos seis anos, os comunistas haviam tentado, por duas vezes, tomar o poder na RD. Na noite de 28 de abril os *marines* desembarcaram, por helicóptero, em São Domingos – capital da RD – com o propósito de proteger cidadãos americanos ali presentes. Na manhã seguinte, outros *marines* já estavam em terra em reforço ao primeiro grupo. Foi estabelecida uma zona de segurança que propiciou a retirada, por helicóptero,

de refugiados concentrados no Hotel Embajador, para bordo de um dos navios da Força Tarefa Americana. Na mesma data, à noite, a OEA votou uma resolução propondo uma trégua e o estabelecimento de uma Zona Internacional de Segurança (ZIS), logo estabelecida em 1º de maio. No aeroporto da capital e no Porto de Haina desembarcaram mais tropas e outros refugiados foram acolhidos a bordo dos navios dos EUA atracados. Com a chegada dessas forças, a Ponte Duarte, sobre o Rio Zama – ligava o aeroporto à *Ciudad Nueva* –, foi liberada fazendo com que os rebeldes a ela se recolhessem, ficando isolados das forças legalistas. Excetuando-se *Ciudad Nueva*, o restante de São Domingos era considerado ZIS.

### O BRASIL PARTICIPA DA FORÇA DE PAZ

Em uma reunião consultiva ministerial da OEA, decidiu-se, em 6 de maio, pela criação de uma força militar interamericana para restabele-

cer a ordem na RD, convidando seus membros para envio de tropas àquela República. Seria criada a Força Interamericana de Paz (FIP). O Presidente da República do Brasil, Sr. Humberto de Alencar Castelo Branco, após reunir-se com o Alto Comando Militar, encaminhou ao Congresso Nacional autorização para o emprego das Forças Armadas. Ressalte-se que, naquela época, o CFN dispunha apenas de uma unidade básica de combate – o Batalhão Riachuelo. Enquanto isso, planejou-se e adotou-se, no âmbito da MB, providências administrativas, tendo em vista a possibilidade de o CFN integrar a força brasileira que seria constituída.

Em resumo, o então Núcleo da 1ª Divisão de Fuzileiros Navais (Nu1ªDivFuzNav) expediu, respectivamente, em 7 e 16 de maio, a Diretiva de Planejamento (secreto) e a Ordem Preparatória da Operação Renascimento (secreto), visando aos preparativos e divulgando informações atualizadas sobre a RD. Determinou o início dos traba-



Mapa de São Domingos

lhos (incluindo adestramento referente às ações de contraguerrilha e de assuntos civis e governo militar), de modo a ficar em condições de, no prazo de 24 horas, atender ao chamado. No dia 20, o Congresso Nacional deu o sinal verde.

Em 21 de maio de 1965 foi criado o FAIBRAS – constituído por tropas do Exército Brasileiro (EB), da MB e da Aeronáutica, para integrar a Força Interamericana na RD. Em seguida, o Comandante-Geral do CFN (ComGerCFN) Almirante Heitor Lopes de Souza expediu a Carta de Instrução nº 2-65, na qual atribuiu ao Nu1ªDivFuzNav a tarefa de: “Organizar um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) para integrar a Força Armada Interamericana Brasileira, de forma a estar em condições de, mediante ordem, deslocar-se para a República Dominicana”.

O Comandante do Batalhão Riachuelo, em 17 de maio, assinou o Plano de Operação Renascimento. Às 8h de 22 de maio, um destacamento precursor do GptOpFuzNav saiu do Aeroporto Santos Dumont para São Domingos<sup>(1)</sup>, em um C-54 da Força Aérea Brasileira (FAB).

Dois dias depois, o Ministro da Marinha, Almirante Paulo Bosísio, esteve no Batalhão Riachuelo e passou em revista o contingente de FN que iria para São Domingos. No dia 25 ocorreu a cerimônia de assunção de comando do Grupamento (organizado com uma Companhia de Fuzileiros Navais; um Pelotão de Polícia; e um Grupo de Apoio Logístico) e da entrega do estandarte do CFN ao Capitão de Corveta (FN) Paulo de Oliveira Reis. No dia seguinte, embarcaram para São Domingos. A FAIBRAS chegou à RD nos dias 23 (elementos precursores) e 28 de maio.



## A FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ

Para os cargos de comandante e subcomandante da FIP, foram designados, respectivamente, o General de Exército Hugo Panasco Alvim e o Tenente-General Bruce Palmer Junior do Exército norte-americano.

Ao comando da FIP ficaram subordinadas as forças norte-americanas e a Brigada Latino-Americana (BdaLA), constituída pelo 1º Batalhão do Regimento Escola de Infantaria (I/REsI) do EB e por um batalhão, que recebeu a denominação de Fraternidade<sup>(2)</sup>, integrado pela Companhia de Fuzileiros Navais (CiaFuzNav) do Brasil, pelas CiaFuz de Honduras, Paraguai e Nicarágua, e por um pelotão da Costa Rica<sup>(3)</sup>.

Assumiu o comando da BdaLA o Coronel Carlos de Meira Matos, acumulando com a função de comandante do contingente brasileiro. Seus oficiais acumularam funções na FAIBRAS e na BdaLA. Os integrantes do GptOpFuzNav brasileiro foram empregados para estruturar o Comando do Batalhão Fraternidade, assumido, inicialmente, pelo CC (FN) Paulo Reis.

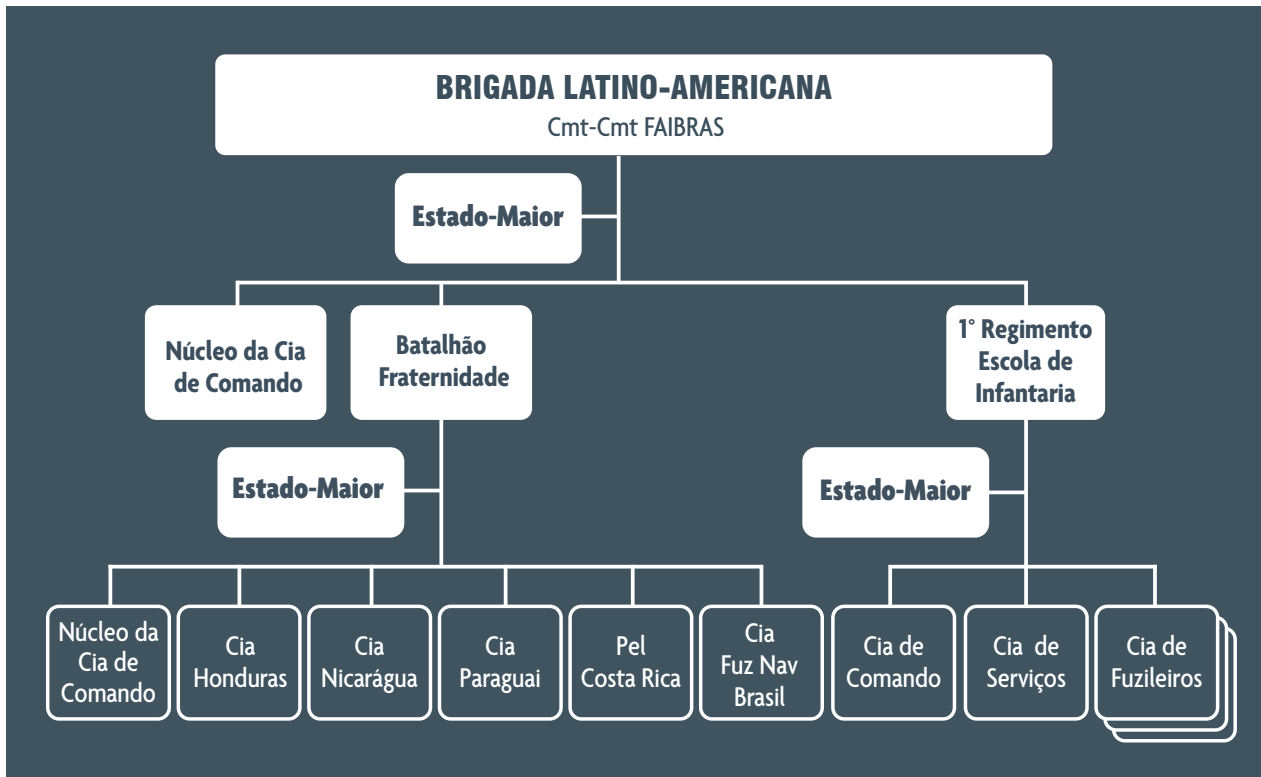
### FAIBRAS: PRIMEIRA FASE

da chegada da tropa a 25 de outubro  
(dia da integração da área rebelde à ZIS)

Ao chegar a São Domingos, em 28 de maio, todo o contingente do GptOpFuzNav estacionou em uma área a 500m a oeste da *Calle Pasteur* – a Linha de Contato (LC), de onde era possível ouvir, à noite, os sons de projetis frutos dos embates com os rebeldes, que atuavam nesse período.

No dia 1º de junho, um acordo assinado pelas facções dominicanas deu origem ao *Status del Palacio*, que permitiu que a área em seu entorno fosse ocupada por tropas da FIP. Em sua primeira missão o I/REsI cumpriu essa tarefa com sucesso no dia 2 de junho. Com a criação da BdaLA (3 de junho) coube ao GptOpFuzNav (em 7 de junho): substituir elementos da 3ªBda /82ª *Airborne Division*; ocupar a área leste da ZIS, bloquear avenidas

Oficiais do I Gpt FN – a partir da esquerda: CC (FN) Paulo Reis; CT (FN) Lopes; 2º Ten (FN) Baumeier; 1º Ten (FN) Aroeira; 2º Ten (FN) Cantone; 1º Ten (FN) Dante; 2º Ten (FN) Almeida; CT (FN) Piedras; 1º Ten (FN) Arthur



**Organograma da Brigada Latino-Americana – República Dominicana**

e estabelecer um Posto de Controle de Trânsito (PCTran). Após reuniões de coordenação com a tropa americana que seria substituída e alguns reconhecimentos de área, o CC (FN) Paulo Reis emitiu a Ordem de Operação nº 2/65 (secreto).

A substituição foi realizada com sucesso e, aparentemente, os postos de vigilância dos constitucionalistas não perceberam a manobra. O PCTran, estabelecido pelo Pelotão de Polícia do GptFN, passou a exercer controle rigoroso de pessoal e de viaturas que por ali passassem (das 6h às 18h). Nos prédios mais altos foram instalados postos de observação, alguns guarnecidos por peritos atiradores, munidos de granadas e iluminativos. Posições de resistência foram organizadas com sacos de areia e emprego de um canhão anticarro 106mm SR (sem recuo), que foi instalado a cavaleiro da via de acesso mais importante e próxima do quartel-general da FIP no Hotel Jaragua. Uma tropa americana da FIP ocupou uma área ao norte de *Ciudad Nueva*, limitando a atuação dos rebeldes a tão somente aquela área em São Domingos.

Por vários meses as ações da BdaLA e, portanto, dos FN do Batalhão Fraternidade, foram sempre, em revezamento com outras tropas desse batalhão,

de ocupação e manutenção de posições defensivas em localidade urbana, assunção de posições na LC e de operação de PCTran – *check point* – visando impedir a passagem de elementos armados para a ZIS, manter as posições e impedir que integrantes dos dois lados políticos se engajassem no conflito.

As tarefas de *check point* eram demoradas na busca de armas e munições e irritavam a população<sup>(4)</sup>. Por eles entravam e saíam, diariamente, rebeldes disfarçados de transeuntes para identificar as posições<sup>(5)</sup> guarnecidas e, à noite, atacá-las com tiros de armas portáteis e automáticas.

Redes de arame, concertinas, obstáculos de madeira (cavalos de frisas), armamentos instalados em edifícios, posições de defesa instaladas nas ruas e protegidas por sacos de areia, cuidados com o armamento, com a higidez física e o moral constituíram, até setembro, na frente de combate ou na reserva, a base dos trabalhos desenvolvidos na área. Os avanços ao norte de *Ciudad Nueva* pelos americanos, diminuindo o espaço dos rebeldes naquela parte da cidade, foi motivo de grandes tensões, provocando a evasão da população para outras áreas da cidade, congestionando os *check point*. Nas sucessivas tentativas de acordo entre le-

galistas e constitucionalistas os resultados obtidos não foram expressivos.

Após 132 dias de ausência de um governo legalmente instituído, a RD voltou, momentaneamente, à normalidade, sendo reconhecida por Brasil, EUA, Israel e El Salvador, seguidos mais tarde por outras nações. Assumiu a presidência o Sr. Garcia Godoy, mas, enfrentou vários problemas, dispondo, para impor suas ordens, da Ata de Reconciliação e do Ato Institucional assinados pelas partes. Ele dispunha, como massa de manobra, das Forças Armadas Dominicanas – desacreditadas e com os seus chefes sendo alvo de acusações enquanto a FIP era acusada pelos revolucionários de ser elemento de manobra dos EUA.

Após várias reuniões com a presença de militares dominicanos, de integrantes da FIP, da Comissão *Ad Hoc* da OEA e do Presidente Garcia Godoy, foi decidida a ocupação da área “constitucionalista”, realizada em 25 de outubro, fundamental para a manutenção da ordem pública na *Ciudad Nueva*. Foi uma ação noturna com o emprego combinado da BdaLA e da 1ªBda da 82<sup>nd</sup> *Airborne Division*, atacando simultaneamente em direções convergentes.

Na ação, a CiaFuzNav foi reforçada por um Pelotão de Carro de Combate M-41 do exército americano, por ter recebido a Zona de Ação considerada a mais provável de encontrar resistência. Deu-se início, então, aos trabalhos de busca, localização e apreensão de armas, ação ineficaz pois tudo que se obteve foram armas velhas em mau estado de conservação. A população e os grupos comunistas continuavam armados.

Ao final de outubro de 1965, coexistiam duas forças antagônicas que pesavam na adoção de ações políticas eficazes: as Forças Armadas da RD e o grupo dos rebeldes que, respectivamente, não cooperavam e contribuía para que Garcia Godoy tendesse a inclinar-se para o segundo, aproximando-se de uma solução imprevisível. A ocupação de *Ciudad Nueva* marcou o fim da primeira fase.

## A OPERAÇÃO RENASCIMENTO II

Para essa operação, foi expedida a Carta de Instrução nº 3-65 do ComGerCFN ao comandante do Nu1ªDivFuzNav, visando ao início do planejamento para substituir o I Grupamento. Com o

mesmo efetivo de 270 militares, tinha uma estrutura ligeiramente diferente do primeiro: inclusão de um oficial intendente e efetivo maior de oficiais FN, alguns, obrigatoriamente, com o Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), de modo a compor o Estado-Maior do Batalhão Fraternidade. Após indicação do Nu1ªDivFuzNav, foi aceito para o comando do II Grupamento de FN o CC (FN) Fernando do Nascimento. O Batalhão Riachuelo nucleou o grupamento. O último escalão do segundo contingente de FN chegou à RD no dia 6 de dezembro.

### FAIBRAS: SEGUNDA FASE

de 26 de outubro de 1965 a 23 de abril de 1966

Caracterizada por ações de limpeza e redução de focos rebeldes distribuídos por toda a *Ciudad Nueva* e manutenção da segurança e ordem públicas. A situação ainda não era controlada, pois, com a entrada de elementos hostis na área ocupada, foram verificadas ações terroristas e agitações de rua, ataques a edifícios, saques e incêndios e até mesmo atentados contra as tropas da FIP, que mantinha os pontos críticos da área ocupados, enquanto a campanha contra os norte-americanos aumentava. Ações no interior da RD foram logo dominadas pelas Forças Armadas Dominicanas.

As ações da FIP e, portanto, do II grupamento de FN foram ligeiramente diferentes das realizadas na primeira fase. Foram voltadas para a ocupação de *Ciudad Nueva* e, conforme abordado, com a manutenção da ordem pública, ensejadas pelo estabelecimento de pontos de controle em locais críticos



O General Panasco Alvim e o então Capitão de Corveta (FN) Fernando do Nascimento em revista ao II GptOpFuzNav

(alguns no alto de prédios), patrulhas motorizadas e destruição de paióis de armamento dos rebeldes. O período de maior agitação durante a segunda fase ocorreu entre 13 e 17 de dezembro, por ocasião de uma greve, com a ocorrência de tumultos em diversos pontos da cidade, onde os rebeldes ergueram barricadas incendiando pneumáticos. Os FN fizeram-se presentes controlando os tumultos.

Algumas ações terroristas ocorreram no início de janeiro. No dia 21, os líderes constitucionalistas decidiram deixar o país, sendo escoltados até o aeroporto pelos FN brasileiros. Todavia, as manifestações continuaram, e a mais violenta foi em 9 de fevereiro, quando estudantes foram dispersados pela polícia com emprego de metralhadoras. Fatos como esse serviram para aumentar os atentados terroristas na *Ciudad Nueva*, onde, por diversas vezes, o contingente brasileiro foi obrigado a intervir por meio de suas patrulhas.

Durante toda essa fase, os FN brasileiros revezaram-se nas ações com os paraguaios, nicaraguenses e hondurenhos. Ao final de abril de 1966, o Presidente Garcia Godoy propôs a substituição das tropas da FIP, que ainda ocupavam Pontos de Segurança na *Ciudad Nueva*, pelas Forças Armadas da RD, caracterizando o primeiro passo para negociar com a OEA a retirada total da FIP, que seria substituída pelo Exército Dominicano. As condições para a consolidação do governo provisório e o retorno do país à normalidade, capazes de permitir a realização de eleições livres, tinham sido alcançadas.

### FAIBRAS: TERCEIRA FASE

de 24 de abril a 16 de setembro de 1966  
(término da missão)

A FIP manteve-se em prontidão, em condições de reassumir o controle militar da área, caso se configurasse um recrudescimento de ações rebeldes. Estava prevista para maio de 1966 a substituição do segundo contingente da FAIBRAS.

### A OPERAÇÃO RENASCIMENTO III

O terceiro contingente de FN, comandado pelo CC (FN) Umberto Barbosa Lima Martins, foi nucleado no Batalhão Humaitá<sup>(6)</sup>, com organização e efetivo iguais ao seu predecessor.

Nessa fase, os FN se depararam com uma situação de normalidade política e no ritmo de vida das pessoas, cumprindo um programa de adestramento (operações helitransportadas e ações de contraguerrilha) e ficando em condições de futuro emprego, no caso de um retrocesso na situação local, o que não aconteceu. Manteve-se o preparo físico e o moral do combatente, evitando-se, ao máximo, o relaxamento. Trabalhos de Estado-Maior foram intensos no acompanhamento da situação na RD e na elaboração de planos previstos para uma ocupação imediata. Nesse contexto, a tropa brasileira deu provas de alto espírito de disciplina e preparo psicológico. Em setembro de 1966, o Presidente da República determinou a extinção da FAIBRAS.

A missão do CFN foi cumprida.

Assim foi, tem sido e sempre será.

Como ocorreu na RD, o CFN estará sempre pronto a responder aos chamados da Nação, reafirmando o significado do lema dessa tropa de elite: **Adsumus!** (Estamos presentes). ■

### NOTAS

- (1) Na mesma aeronave embarcaram, também, vinte militares do EB e um da Aeronáutica.
- (2) A constituição do Batalhão Fraternidade foi a solução encontrada para integrar elementos de nacionalidades distintas, dotando-os de capacidade de manobra, inicialmente sem um Estado-Maior constituído.
- (3) O pelotão da Costa Rica, embora figurasse na estrutura do Batalhão Fraternidade, ficou durante todo o período da Campanha na RD destacado para cumprir tarefas de segurança no Quartel-General da FIP.
- (4) A presença de policiais femininas dos EUA foi de grande valia para o bom andamento das revistas nos Postos de Controle de Trânsito, uma vez que não existiam, ainda, mulheres nas tropas brasileiras.
- (5) Tal situação ensejava uma constante alteração, ao final das horas de luz, dos locais das seteiras nos sacos de areia, desorientando os rebeldes quanto às informações obtidas durante o dia.
- (6) O 2º Batalhão de Infantaria foi ativado em 1965.

### BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Jaime Florencio Filho - Quarenta anos da participação da Marinha do Brasil na Força Interamericana de Paz (FIP) - República Dominicana (1965-1966) - Revista Marítima Brasileira v.126 n. 04/06 - 2006.

---

\* Capitão de Mar e Guerra (Refº-FN)



## A DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO RETRATADA PELA FILATELIA

Fernando Antonio B. F. de Athayde Bohrer \*

**A** presentaremos nesta edição da Revista do Clube Naval uma homenagem à centenária Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), relatando parte da sua singradura por intermédio da filatelia. Não é intenção do autor aprofundar-se em sua história, já que grandes oficiais hidrógrafos já o fizeram. É intenção sim, mostrar aos nossos leitores como essa Diretoria Técnica, com o seu trabalho, foi referenciada no mundo dos selos pela sua importância no âmbito de nosso país.

### A DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

O Brasil, após sua independência, recebeu uma herança da cartografia náutica estrangeira, onde destacamos a portuguesa e a francesa. É a partir de 1830 que aparecem os primeiros trabalhos sobre cartas náuticas levantadas por oficiais da Marinha do Brasil (MB). E aí destaca-se importante trabalho, o levantamento executado pelo Primeiro-Tenente Manuel Antonio Vital de Oliveira no litoral dos atuais estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Desse levantamento resultaram cinco cartas hidrográficas e um roteiro, cuja principal característica é a representação esmerada do litoral, apesar dos escassos recursos disponíveis à época.

Em 2 de fevereiro de 1876, o Imperador D. Pedro II criou a Repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha, o embrião da atual DHN. Seu primeiro Diretor foi o Capitão de Fragata Antonio Luiz Von Hoonholtz, já Barão de Teffé, dirigindo-a até o ano de 1890. Sua tarefa principal era a confecção de cartas náuticas.



Homenagem da Turma de Guardas-Marinha da Escola Naval (GM-1970) ao Capitão de Fragata Antonio Luiz Von Hoonholtz, Barão de Teffé

Durante o ano de 1907 foi iniciada a publicação de cartas do litoral brasileiro, baseada na compilação de todas aquelas existentes.

Em 1914, essa Repartição Hidrográfica, agora designada de Superintendência de Navegação, foi instalada no Edifício da Ilha Fiscal, antigo Posto Fiscal da Alfândega do Rio de Janeiro.

Entretanto, o real desenvolvimento da hidrografia brasileira se deu nos anos pós-Grande Guerra, com a adoção de técnicas modernas, a renovação dos equipamentos e adequadas medidas

de caráter administrativo que vieram para prover as bases para a sistematização dos trabalhos hidrográficos<sup>(1)</sup>.

Por ocasião do centenário da DHN, em 1976, os Correios homenagearam a passagem desse importante evento, para a MB e para o Brasil, com a emissão de um Bloco Comemorativo (RHM 39) retratando a carta náutica de 1776, de Simão Antonio da Rosa Pinheiro. E aqui cabe um parêntese sobre a carta náutica que constituiu a magnífica peça filatélica do centenário da DHN. Era a Carta Náutica do Oceano Atlântico, feita em pergaminho, em 1776, pelo engenheiro militar português Simão Antonio da Rosa Pinheiro. Esse mapa representa as rotas náuticas, paralelos e meridianos entre a América do Sul e parte da África, da Europa e da América do Norte<sup>(2)</sup>.



**Ilha Fiscal:  
Sede Histórica da DHN**

## NAVIOS DA DHN

### NHi “SIRIUS” (H31)

O Navio Hidrográfico “Sirius” foi construído nos Estaleiros da “Ishikawagima”, em Tóquio, Japão, onde foi lançado ao mar em 1957, tendo sido incorporado à MB em 17 de janeiro de 1958. Foi o primeiro navio da MB projetado especificamente para o serviço de hidrografia e o primeiro a operar com helicópteros. Foi em seu convés de voo que ocorreu o primeiro pouso a bordo de uma aeronave de asa rotativa, em navio da MB.

Participou do levantamento oceanográfico do mar territorial da Namíbia, como parte do Tratado de Cooperação Naval com aquele país.



**NHi “Sirius” (H31)**



**Bloco Comemorativo e a Folhinha Comemorativa ao centenário da DHN, editada pelo Clube Filatélico do Brasil, com as oblitterações comemorativa e de primeiro dia de circulação**



**Envelope Comemorativo, editado pelo Clube Filatélico do Brasil, com as oblitterações comemorativa e de primeiro dia de circulação**

### NAPoC “BARÃO DE TEFFÉ” (H42)

O Navio de Apoio Oceanográfico “Barão de Teffé”, de origem dinamarquesa, com o nome de “Thala Dan”, foi adquirido pela MB para permitir o cumprimento das determinações do Tratado Antártico, sendo o primeiro navio da MB capaz de operar em regiões glaciais. Realizou a Primeira Expedição Brasileira à Antártica, suspendendo do Rio de Janeiro em 20 de dezembro de 1982.



**NAPoC “Barão de Teffé” (H42)**

## NApOc “ARY RONGEL” (H44)

O Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” foi construído pelo Estaleiro “George Eide’s Sonner A/S”, em Hoydandsbygd, Noruega.



Entrou em operação naquele país em 22 de janeiro de 1981, tendo características próprias para navegar em região polar. Foi incorporado à Marinha do Brasil em 19 de abril de 1994.

NApOc  
“Ary Rongel” (H44)

## NPo “ALMIRANTE MAXIMIANO” (H41)

O Navio Polar “Almirante Maximiano” é o primeiro navio a ostentar esse nome na MB, em homenagem ao Almirante Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, hidrógrafo de destaque e Ministro

da Marinha de 1979 a 1984. Foi construído pelo Estaleiro “Todd Pacific Shipyards Corporation”, em Seattle, Washington, onde o então casco número 58 teve a sua quilha batida em 20 de agosto de 1973 e lançado ao mar em 13 de fevereiro de 1974, sendo entregue em junho de 1974. Iniciou sua operação em 19 de dezembro de 1978.

O NPo “Almirante Maximiano” foi adquirido da empresa russa “ASK Subsea/Isis Viking Ltd” em 3 de setembro de 2008 e incorporado à Marinha do Brasil em 3 de fevereiro de 2009.



NPo “Almirante Maximiano” (H41)

## A SINALIZAÇÃO Náutica

### INTERNATIONAL ASSOCIATION OF LIGHTHOUSE AUTHORITIES (IALA)

A IALA foi fundada em 1º de julho de 1957, com a adesão de vinte países, tendo o Brasil a ela aderido em 1961. Tem por objetivo promover o movimento seguro, econômico e eficiente de embarcações, por meio da melhoria e harmonização dos auxílios à navegação em todo o mundo

e outros meios apropriados, para o benefício da comunidade marítima e a proteção do meio ambiente. Sua sede está localizada na França, país de grande tradição marítima e com reconhecida cultura na área dos auxílios à navegação marítima, na cidade de Saint-Germain-en-Laye.



Saint-Germain-en-Laye,  
França – cidade sede da IALA



Dia Internacional dos Auxílios à Navegação Marítima (selo desenhado pelo Arquiteto e Aquarelista Mario Baratta, conforme orientação da DHN mostrando o Farol de Santo Antonio da Barra)



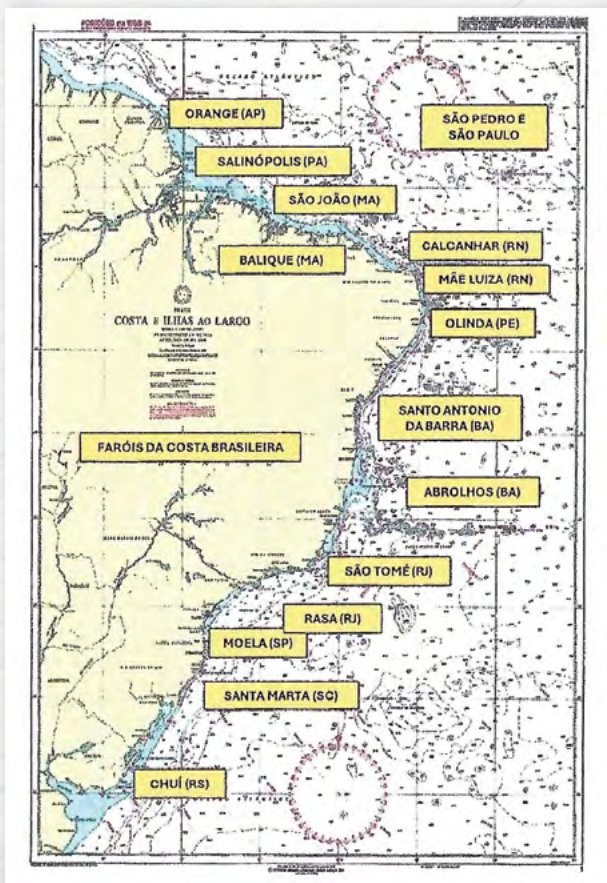
Selo Comemorativo à Reunião da IALA no Rio de Janeiro, em 2023 (selo desenhado na DHN, destacando em primeiro plano o Farol da Ilha Rasa, sobre perfil esquematizado das principais montanhas do Rio de Janeiro)

## CENTRO DE AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO ALMIRANTE MORAES REGO (CAMR)

No âmbito da Diretoria de Hidrografia e Navegação, a tarefa de gerenciar todos os auxílios à navegação, dentre eles os faróis da costa brasileira, é atribuída ao Centro de Auxílios à Navegação Almirante Moraes Rego, e por intermédio dele a representação brasileira na IALA.

## OS FARÓIS DO LITORAL BRASILEIRO REPRESENTADOS NA FILATELIA

Os faróis, pode-se considerar, são um dos mais antigos auxílios aos navegantes marítimos, no mundo.



Faróis do litoral brasileiro representados pela Filatelia

O farol também se constitui, na Filatelia, um assunto muito interessante para coleções temáticas. O autor, em sua coleção “A Navegação através dos tempos” possui um capítulo dedicado a selos e peças filatélicas referentes à “Segurança da Navegação Marítima” e aos “faróis”. A seguir,

apresento alguns selos brasileiros dedicados aos faróis do nosso litoral, muitos deles centenários e de bela arquitetura.



Farol Santo Antonio da Barra (BA)



Farol de Olinda (PE)



Farol São João (MA)



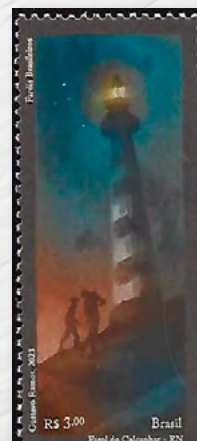
Abrolhos (BA)



Balique (MA)



Cabo Orange (AP)



Calcanhar (RN)



Chuí (RS)



Rasa (RJ)



Moela (SP)



Santa Marta (SC)



Salinópolis (PA)



Mãe Luiza (RN)



Barreirinha (PA)



Arquipélago São Pedro e São Paulo



Pedra do Sal (PI)



São Tomé (RJ)

## PALAVRAS FINAIS

A Diretoria de Hidrografia e Navegação com suas atividades diuturnas, de norte ao sul do Brasil, com seus navios operando dentro das Águas Jurisdicionais Brasileiras, incluindo as águas interiores, executa suas atividades de supervisão dos trabalhos de hidrografia, oceanografia, cartografia, meteorologia, navegação e sinalização náutica.

Com experiência sesquicentenária, pois em 2026 a DHN completará 150 anos, e reconhecimento internacional, hoje cumpre a missão primordial de “apoiar a aplicação do Poder Naval brasileiro a fim de contribuir para a Segurança da Navegação Marítima”.

Seu lema inscrito em seus estabelecimentos, navios e no seu belo hino – “*Restará sempre muito o que fazer*” – demonstra seu compromisso com a Marinha do Brasil e o nosso país.

Todos os selos e peças filatélicas apresentados no presente artigo foram digitalizados das coleções filatélicas do autor “*A Marinha do Brasil e o Poder Naval Brasileiro: das Ideias da Escola de Sagres ao Século XXI*” e “*A Navegação através dos tempos*”. ■

## NOTAS

(1) Extrato do texto escrito pelo Contra-Almirante ORLANDO AUGUSTO AMARAL AFFONSO, Diretor de Hidrografia e Navegação no ano do centenário da DHN, em 1976.

(2) Referência: <https://www.revistapesquisa.fapesp.br/as-surpresas-dos-mapas-antigos/>, consultado às 21:31h de 15/08/2025.

\* Capitão de Mar e Guerra (Ref°)

# LIBERDADE DE ESCOLHA

Araken Hipolito da Costa \*

*Onde há fé, há força. Onde há ideal, há vontade. São esses valores que mudam o mundo, renovam as crenças e fortalecem os homens. Juntos representam a diferença entre aqueles que apenas sonham e os que fazem. Entre os que desistem e os que vencem.*

**Ricardo Campos Soares**

**A**o nascermos, recebemos o dom da vida e, intrinsecamente, a liberdade de pensar e agir.

Como não nascemos sós, somos oriundos da família, criados à imagem e semelhança de Deus, vivemos em comunidade, por isso precisamos entender a realidade que nos cerca e também nos conhecermos. Todo nosso agir é direcionado por uma estrada pensada, mas é dependente de nossa liberdade de escolha. Somos livres para exercermos o nosso destino.

Quando percebemos a beleza ao nosso entorno, a natureza, os animais e os semelhantes, somos tomados por um sentimento amoroso que nos une, e assim direcionamos nossas vidas. Sentimos e desejamos compartilhar esses sentimentos com o próximo. Este compartilhar é que nos traz a felicidade, se estamos sós, não podemos compartilhar. Precisamos do outro para externar e vivenciar a nossa felicidade. É a existência prazerosa. No caso dos monges, embora sós, compartilham com Deus a sua felicidade, mas Ele nos colocou no mun-

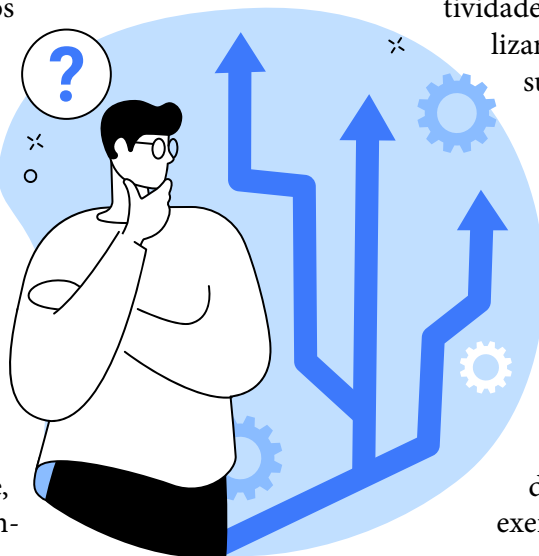
do para sermos felizes com a nossa própria liberdade de escolha.

A liberdade não existe sem um propósito, mas é o caminho para desvelar a verdade, experimentar o amor e compartilhar com o outro. Assim, criamos nossos valores éticos e morais tão caros ao sentido existencial. É a essência sublime do homem.

Quando o homem abandona esse propósito, torna-se um escravo de si mesmo e, por consequência, do outro. Afasta-se da vontade de Deus e quer guiar por sua própria vontade e seus interesses. Daí surge na mente desse escravo a procura

de um novo criador para sobreviver na coletividade, pois alguém tem de centralizar e orientar a sociedade, então, surge a figura do imperador, do rei, do czar ou, modernamente, do ditador.

Por isso, os materialistas – marxistas, fascistas, comunistas –, bem como os fundamentalistas religiosos, desvirtuadores do sentido da religião, são tão inflexivos neste ordenamento, a fim de que a liberdade de escolha não possa ser exercida na sua plenitude. Trans-



formam sistemas políticos em regimes totalitários e ao longo do tempo sua população torna-se triste e sem esperança. Não existe na face do planeta um só governo totalitário que tenha sobrevivido.

Caim matou Abel por inveja, pois a felicidade do irmão o incomodava. Da mesma forma os estados totalitários se incomodam com as nações livres.

As nações livres fundamentam seus valores em quatro pilares constitutivos da cultura ocidental e tão caros aos governos democráticos:

1. o pensamento filosófico grego caracteriza-se pelo uso da razão na busca da verdade para compreender a realidade. De seus frutos nasceram a política, a ética, a estética etc., dando origem aos valores éticos;
2. o Judaísmo e o Cristianismo trazem no seu bojo os valores morais influenciados pelo código mosaico e o sentido de igualdade, onde todos são iguais perante Deus;
3. o direito romano, tão imprescindível na justiça social; e
4. a família é origem do agrupamento humano.

As nações livres constituídas pelo povo, pelo território, e uma nação politicamente organizada, precisam seguir o seu destino manifesto e de uma força que o proteja de seus inimigos. Assim, nascem as Forças Armadas como instituição nacional, permanente e regular para manter a soberania nacional.

A Instituição Militar é fruto da necessidade de autodefesa. Nenhum povo conseguiu sobreviver historicamente sem executar algum tipo de luta, seja interna ou externa. De uma forma ou de outra, a existência dos povos está sempre associada à sua Instituição Política (governo) e à sua Instituição Militar (Força Armada).

A defesa da soberania não se reduz ao povo ou território, mas ela começa pela defesa dos valores morais e éticos pertencentes ao seu povo. São estes valores que orientam a sociedade para sua liberdade, o bem comum, a justiça social e direcionam o sentido nacional. Quaisquer desvios destes valores provocarão um enfraquecimento da Nação e são uma porta aberta para sua destruição. Podemos afirmar, quando a nossa soberania interna sofre influência de valores de origem materialista e impuros, é um prenúncio de um desastre.

Nesse momento, cabe ao povo decidir sobre seu rumo e contar com a sua Força Armada, para impor a ordem e a soberania nacional.

Cabe lembrar que um ato político pode provocar uma cisão e, como exemplo, surgiu com a criação do Ministério da Defesa, em 10 de junho de 1999, sob a presidência de Fernando Henrique. Embora o objetivo fosse a correspondência com as nações modernas onde, graças ao exercício da cidadania, tem o senso comum acerca da defesa de sua nacionalidade, consubstanciado pela consciência de que o patriotismo é o valor maior para sua sobrevivência. No entanto, a intenção era obter o isolamento político dos militares, afastando-os das decisões políticas nacionais. Hoje, passaram 26 anos desde que os militares se afastaram da política para se dedicar somente aos problemas operacionais e administrativos.

Cabe ressaltar que o sentido de política é pensar a pólis, a cidade, a nação. Em síntese é pensar no próximo, pois só quem não pensa nos outros torna-se um ser individualista ou idiota, bem caracterizado na Grécia antiga.

Portanto, mais do que nunca, para manter a soberania nacional, é imprescindível planejar a sua defesa e orientar-se na política. Lembrando o pensamento de Clausewitz: “a guerra é a simples continuação da política por outros meios”.

A liberdade de escolha é um bem recebido ao nascermos, somos responsáveis pelos nossos atos perante a família, a sociedade e a Nação. A política é o meio para aglutinar ao outro, também pela ação política exercemos a nossa cidadania para mantermos a nossa liberdade. Porque, quando um ato político agride os nossos valores, afronta a nossa liberdade, na tentativa de impor um Estado materialista e totalitário, não resta senão reagir dentro da política e respeitando a Constituição.

Caso contrário, sabemos que não há meios legais contra a tirania. ■

*Este artigo foi publicado originalmente na Revista Aeronáutica, edição n° 326, 2025.*

\* Coronel Aviador



Vulcão Villarrica, observado a partir de Pucón

# DA VIBRANTE SANTIAGO À ICÔNICA PUCÓN: *uma travessia pelo Chile*

Rosa Nair Medeiros \*

**R**odeada pela Cordilheira dos Andes e outras montanhas, a efervescente capital do Chile é um destino repleto de atrações durante o ano todo, reunindo ótimos espaços culturais, animada cena gastronômica e aprazíveis áreas verdes, entremeadas na paisagem urbana, pontuada por elegantes edifícios e modernos arranha-céus. A partir de Santiago (conhecida como Santiago do Chile), alcançam-se facilmente vinícolas, estações de esqui e praias, banhadas pelo Pacífico.

Para quem visita pela primeira vez a capital chilena, um bom começo de roteiro é na Plaza de Armas, cercada por imponentes construções históricas, como o prédio do Museu de História

Nacional e a belíssima Catedral Metropolitana. Na praça, destacam-se a estátua equestre de Pedro de Valdivia, fundador da cidade, e o monumento aos povos in-



A Catedral, na Plaza de Armas, e um recorte do seu interior

dígenas. Continuando a jornada, percorra as ruas e calçadas adjacentes, que abrigam bares, cafés e diversas lojas, especialmente o Paseo Ahumada.

A uma curta distância da Plaza de Armas fica uma atração imperdível, o Museu de Arte Pré-Colombiana, que exhibe o legado das civilizações anteriores ao período colonial. O acervo compreende peças esculpidas em madeira e pedra, utensílios utilizados em cerimônias, joias e outros tantos objetos. Um dos destaques no circuito expositivo é a Sala Têxtil, com itens elaborados entre os anos 900 e 1400 d.C.

E para uma pausa gastronômica um endereço tradicional é o Mercado Central, dotado de restaurantes, onde se pode saborear diversos pratos, especialmente peixes, frutos do mar e a famosa *centolla* (um caranguejo gigante). O local também dispõe de lojas de artesanato.

Ainda no Centro, explore o charmoso Bairro Paris-Londres, na verdade, duas ruas com construções em estilo europeu, erguidas na segunda década do século 20. Nas imediações, encontra-se



Monumento aos povos indígenas, na Plaza de Armas



Palácio de la Moneda

a Igreja de São Francisco, que remonta ao século 16. Complete o roteiro histórico com uma parada no Palácio de la Moneda, sede da presidência chilena, emoldurado por duas belas praças: a da Cidadania (ao sul) e a da Constituição (ao norte).

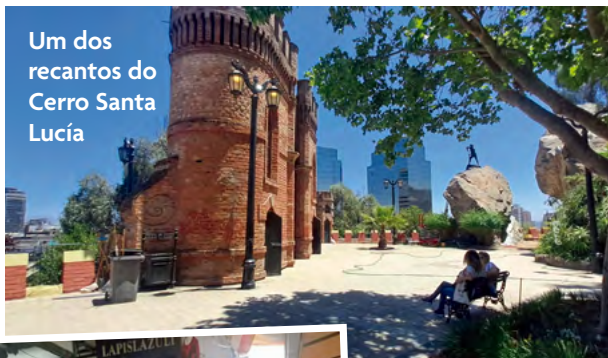
### A CIDADE VISTA DO ALTO

Para obter lindos ângulos da cidade, há excelentes mirantes naturais, como o Cerro Santa Lucía, uma colina no Centro, ornada com monumentos, jardins e praças. Praticamente em frente, está o Centro Artesanal Santa Lucía, reunindo lojas que oferecem artigos de madeira, cobre, couro, joias de prata e lápis-lazúli, roupas de lã e uma infinidade de lembrancinhas. A partir dali, pode-se estender o passeio ao Museu Nacional de Belas Artes, localizado no Parque Florestal, cujo acervo retrata a história da arte chilena e estrangeira.

Um destino imperdível para uma panorâmica arrebatadora de Santiago é o Cerro San Cristóbal, situado no Parque Metropolitano, que proporciona amplas vistas da cidade e das montanhas. A subida até o cume, onde fica o santuário da Imaculada Conceição, pode ser feita à pé, de funicular ou teleférico. O Parque Metropolitano também abriga piscinas públicas e um zoológico.



Peças do Museu Pré-Colombiano



Um dos recantos do Cerro Santa Lucía



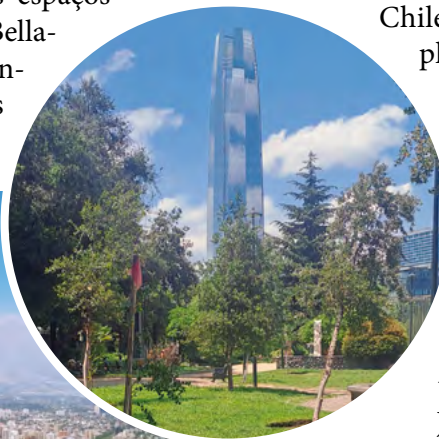
O Centro Artesanal Santa Lucía oferece boas opções de suvenires

o visitante pode apreciar toda a cidade e a Cordilheira dos Andes. O acesso ao observa-

tório é feito pelo 5º andar do Shopping Costanera Mall, anexo ao prédio.

Depois de contemplar Santiago do alto, desvele alguns dos seus charmosos bairros, como Providência, Las Condes e Bellavista. Endereço do Parque Metropolitano e do Sky Costanera, Providência possui comércio movimentado, muitos restaurantes e bares. Já em Las Condes encontra-se o centro financeiro da cidade, exibindo impressionantes arranha-céus espelhados. Bellavista é a área boêmia da capital, com ótimos espaços gastronômicos, como o Pátio Bellavista, que reúne bares e restaurantes, contando ainda com lojinhas de artesanato e vestuário.

O edifício onde fica o mirante Sky Costanera e a vista panorâmica oferecida a seus visitantes



## PASSEIOS PELA CORDILHEIRA

Uma das formações geográficas mais emblemáticas da América do Sul, a Cordilheira dos Andes propicia várias atividades, seja no verão ou no inverno. Viajando entre o final de junho e início de outubro, é possível aproveitar as estações de esqui próximas de Santiago, como Farellones (com várias opções de atividades), El Colorado e La Parva. Já Valle Nevado é a maior estação de esqui da América do Sul, dotada de excelente infraestrutura.

Quando termina o inverno, pode-se explorar os Andes de outra forma e um dos melhores destinos é a região do Cajón del Maipo, um desfiladeiro situado aos pés da cordilheira, que abrange a bacia superior do Rio Maipo. As agências de turismo oferecem passeios organizados saindo de Santiago em direção a San José de Maipo, vilarejo que serve de base para explorar a região. Os locais mais visitados são o reservatório Embalse El Yeso (um lago artificial a 2.500 metros de altitude), com incríveis mirantes, e o Parque Nacional Monumento El Morado, lar do Glaciar San Francisco. O passeio pode incluir as Termas del Plomo e Valle de Colina - com águas de origem subterrânea, aquecidas pelas atividades vulcânicas.

## DAS VINÍCOLAS À COSTA DO PACÍFICO

Renomado pela produção de vinhos, o Chile é um notável destino para explorar a enocultura. Próximas da capital, encontram-se vinícolas famosas, como a Concha y Toro e a Cousiño Macul, a mais antiga do país e cujo tour permite conhecer equipamentos que remontam aos primórdios dessa atividade no Chile. Outra opção é a Undurraga, localizada também no Vale de Maipo.

Já a incursão às vinícolas do Vale de Casablanca requer um pouco mais de tempo. A região compreende extensas áreas de vinhedos e várias bodegas, de produção familiar a marcas consagradas, como a Casas del Bosque, a Viña Indómita e a Emiliana, esta voltada para os vinhos orgânicos.

Muitos que visitam as vinícolas de Casablanca emendam com passeios às cidades de Valparaíso (distante quarenta quilômetros) e sua vizinha Viña del Mar. Sede do poder legislativo do Chile, a cidade portuária de Valparaíso destaca-se pelo seu Centro Histórico, declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, composto por casas típicas e coloridas, erguidas em um terreno escarpado. Além de flunar pelas charmosas ruas, conheça a coleção do Museu Municipal de Belas Artes (no Palácio Baburizza), explore os mirantes naturais, como o Cerro de Artillería, e contemple o Cais do Prat, repleto de embarcações coloridas.



De Valparaíso, facilmente acessa-se a cidade de Viña del Mar, banhada pelo Pacífico. Quem estiver na parte alta, pode descer de funicular até o Plano (área localizada ao nível do mar) e embarcar no metrô, com destino à estação Viña del Mar, situada próxima à Quinta Vergara - um parque histórico com construções arquitetônicas impressionantes.



Um ângulo da Quinta Vergara

A cerca de dois quilômetros da Quinta Vergara, fica um dos cartões-postais de Viña del Mar, o Relógio de Flores. Continuando pelo calçadão da Avenida La Marina, chega-se a outra bela atração, o Castelo Wulff, um palácio com arquitetura europeia e vistas para o oceano. Mais adiante, está o Cassino, situado em um prédio elegante. Prosseguindo a exploração da orla da cidade, alcançamos a aprazível praia Reñaca, dotada de uma extensa faixa de areia e várias atrações.

Durante a sua estada em Viña del Mar, reserve tempo para visitar o Museu Fonck, que exhibe na entrada um impressionante Moai, estátua monolítica de pedra trazida da Ilha de Páscoa em 1951. A coleção foi ampliada, posteriormente, possibilitando conhecer mais sobre a cultura dos Rapanui, originários daquela ilha. O acervo do museu também compreende peças dos povos pré-colombianos estabelecidos no norte, centro e sul do Chile, como os Atacameños, Mapuches e Diaguitas.



O icônico Relógio de Flores



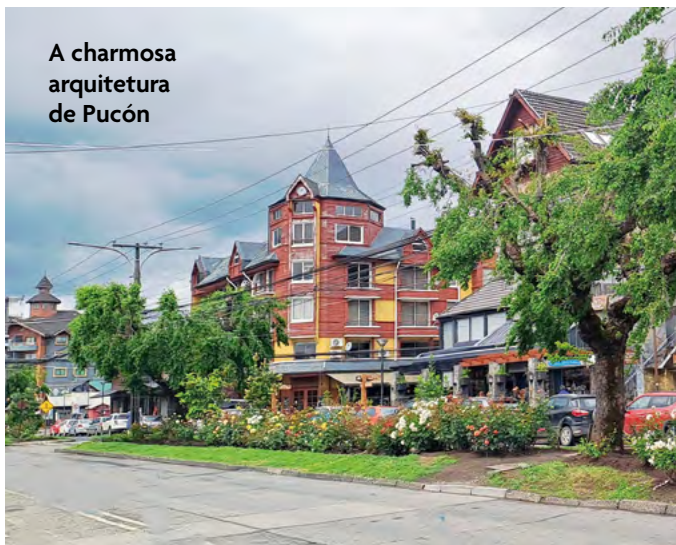
**Viña del Mar, um encontro com o Pacífico**



**Castelo Wulf**

## **A IDÍLICA PUCÓN**

Dentre os formidáveis destinos que se distribuem pelo país, decidimos encerrar essa incursão na icônica Pucón, que presenteia os visitantes com vistas arrebatadoras do Vulcão Villarrica, cujo pico nevado recorta o horizonte. O trajeto até a cidade, situada na Região de La Araucanía, a 785 quilômetros da capital, pode ser feito de carro, ônibus direto ou de avião. Os voos, com duração de uma hora e meia, levam a Temuco. A partir



**A charmosa arquitetura de Pucón**

dali, há opções de ônibus ou táxi para percorrer os cem quilômetros que distam de Pucón.

As atrações dessa idílica cidade, às margens do Lago Villarrica, compensam o esforço empreendido no deslocamento. Repleta de espaços verdes e encantadoras ruas, emolduradas com casas em estilo alpino, Pucón convida a flunar pelas suas vias. Iniciamos o reconhecimento pela Plaza de Armas, uma extensa área arborizada, ornamentada com vários monumentos. Dali, prosseguimos para o Centro Artesanal, um espaço que reúne expositores de artesanato chileno.

Continuando a jornada, a uma pequena distância da Plaza de Armas, encontramos a bela e exótica Playa Grande, de água doce e areia preta. Outro magnífico lugar é La Poza (no final da avenida Bernardo O'higgins), um setor do Lago Villarrica utilizado para saídas de embarcações e de onde se obtém vistas estonteantes do vulcão (distante vinte quilômetros).

Contando com ótima infraestrutura, Pucón possui várias opções de hospedagem, restaurantes, bares, comércio, incluindo um cassino. Além dos seus atrativos, constitui-se em uma excelente base para explorar outros destinos na região.



**O majestoso Vulcão Villarrica**



Centro de Artesanato em Pucón



Playa Grande, às margens do Lago Villarica



Las Pozas, um aprazível recanto em Pucón, de onde partem passeios de barco



## PARQUES NACIONAIS

Pucón está próxima dos Parques Nacionais Villarrica e Huerquehue, que abrigam montanhas, florestas de coníferas, rios caudalosos, cachoeiras, lagos e centros termais. Alguns passeios podem ser feitos por conta própria, outros devem ser agendados com agências de turismo.

O Parque Nacional Villarrica é o endereço do emblemático vulcão, cujo cume está a 2.847 metros de altitude, podendo ser visto de diversos pontos na região. A neve permanece na parte alta durante todo o ano. No inverno, funciona nas encostas um centro de esqui. Outra atração são as grutas vulcânicas, que podem ser visitadas com um guia. O imenso parque também abrange os vulcões Quetrupillán e Lanin.

Para quem gosta de fazer trekking, o Parque Huerquehue é uma boa opção, dispondo de trilhas para caminhadas e observação da flora e da fauna. Distante cerca de 35 quilômetros de Pucón, o parque compreende esplêndidos lagos, como o Verde, Toro e o Chico.

## CENTROS TERMAIS

Um dos destinos imperdíveis na região são os centros termais, destacando-se, dentre eles, as formidáveis Termas Geométricas, situadas a cerca de oitenta quilômetros de Pucón, em meio às florestas do Parque Nacional Villarrica. O centro termal fica entre dois morros, separados pelas águas de uma cachoeira, e as piscinas são rodeadas por uma paisagem exuberante, formada por rochas e plantas. De origem vulcânica, as águas apresentam temperaturas entre 35°C e 45°C, possuindo inúmeros minerais na composição, com funções terapêuticas.

O acesso às piscinas das Termas Geométricas é facilitado por meio de degraus talhados na pedra e passarelas de madeira, que permitem percorrer os quase quinhentos metros de extensão da área. Outras opções mais próximas de Pucón são Los Pozones, um conjunto de cinco piscinas, e Palguín, com quinze poços de água termal.



Uma das piscinas das Termas Geométricas

Após essa imersão na esplêndida natureza da região de Araucanía, nos despedimos do Chile com o registro das imagens do imponente Vulcão Villarrica e das magníficas Termas Geométricas – um recorte das lindas e distintas paisagens desse país, tornando-o um destino para muitas viagens. ■

*(fotos da autora)*

\* Capitão de Fragata (T)

# As Aventuras de Duas Vidas

Aguinaldo Aldighieri Soares \*

## Primeira Vida

**E**u tive um amigo espanhol, já falecido, que contou-me várias inusitadas aventuras por ele vividas. Chamemo-lo Pepe. Na década de 1930, com a população espanhola dividida exatamente em duas metades eleitorais, a esquerda assumiu o governo após vencer por pequena margem; aboliu a monarquia, implantou a república, e acarretou a reação da direita que apoiou os militares para um golpe de Estado. Em julho de 1936 os militares (“nacionalistas”) iniciaram a Guerra Civil, e em setembro do mesmo ano os generais escolheram Francisco Franco como Chefe de Estado e de Governo. Stálin apoiou o governo da República, em Madrid, mas Hitler e Mussolini muito contribuíram para os “nacionalistas”.

Pepe não era anarquista, nem comunista, nem socialista, nem sindicalista, mas integrou-se como voluntário, armado, à tropa do Governo da República, tendo participado de inúmeros combates. Os ódios e diferenças ideológicas acarretaram a morte de centenas de milhares de

espanhóis de ambos os lados. Em janeiro de 1939 os membros do governo republicano esquerdista derrotado e o restante de suas tropas – Pepe inclusive – cruzaram a fronteira; cerca de quatrocentos mil espanhóis pediram refúgio na França. Pepe disse-me que, ao passar pelo controle de imigração francês, cada refugiado espanhol recebia um pão *baguette* e um *laissez-passer*, documento que lhe permitiria circular no território francês. A França montou acampamentos para os refugiados até nas praias. Franco declarou o fim da guerra em 1º de abril de 1939.

Em 1º de setembro de 1939, portanto apenas cinco meses após o final da Guerra Civil espanhola, Hitler invadiu a Polônia dando início à 2ª Guerra Mundial; e as tropas nazistas invadiram a França em 10 de maio de 1940.

O governo francês então aproveitou-se dos refugiados espanhóis e enviou-os para a frente de combate contra o exército nazista como “bucha de canhão”, Pepe inclusive!



Ainda em 1940, em meio aos enfrentamentos das tropas francesas e alemãs, Pepe foi capturado e enviado para um campo de concentração na Áustria, onde viveu durante os restantes cinco anos de guerra. Ali não recebeu maus tratos; durante os dias os prisioneiros eram levados para trabalhar em uma fábrica; sua principal queixa era a comida deficiente; normalmente o jantar era constituído apenas de sopa!

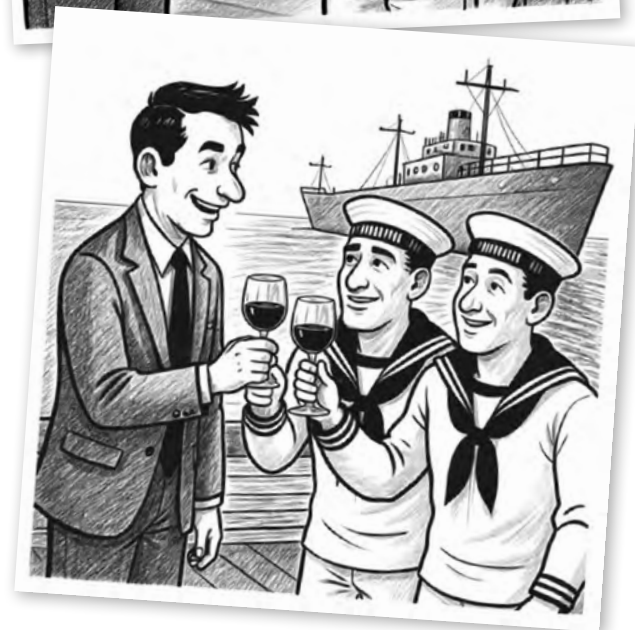
Em 13 de abril de 1945 os militares soviéticos assumiram o controle do campo de concentração após a fuga da guarda nazista horas antes. Após a rendição da Alemanha em 8 de maio de 1945, a guarda do campo foi transferida para os militares do Exército americano. Pepe disse-me que a cada troca de guarda os prisioneiros não eram libertados imediatamente; eram submetidos a uma detalhada triagem visando à busca de algum espião inimigo infiltrado!

Após sua libertação Pepe voltou à França e passou a viver em Marselha; mas não havia empregos...para sobreviver aderiu a uma quadrilha de assaltantes cuja principal atividade era assaltar caminhões americanos que distribuíam agrados à população dos territórios ocupados: chocolates, cigarros, meias de seda etc.

Depois de algum tempo conseguiu emprego de vendedor em uma loja de vinhos; mas as pessoas quase não compravam vinhos!

Eis que num final de tarde, em 1957, ele estava em um bar, em Marselha, e ouviu um grupo de marinheiros brasileiros pedindo cerveja; os garçons franceses não conseguiam entender o que eles desejavam – “*bière*”; ora, a palavra cerveja em português é semelhante a “*cerveja*” em espanhol, e Pepe entendeu. Aproximou-se do grupo e passou a servir de intérprete. Quando lhes disse que vendia vinhos responderam-lhe que em seu navio vários oficiais desejavam comprá-los e o convidaram para ir a bordo, em Toulon, a 64km de Marselha.

Esses marinheiros faziam parte da guarnição do então Navio Tan-



Navio Tanque  
“Ilha Grande”

que “Ilha Grande”, que a Marinha havia enviado a Toulon para ser modernizado em um estaleiro privado.

Pepe foi muito bem recebido no “Ilha Grande”, foi apresentado aos oficiais, e recebeu encomendas de afamados vinhos franceses, com preços muito aceitáveis; as quantidades pedidas de grandes vinhos eram até mesmo superiores ao estoque de sua

loja! Ele então vislumbrou uma atividade que poderia ser muito rentável, como fornecedor de navios, e aderiu a ela. Passou a contatar as Marinhas da América Latina e se credenciou como fornecedor dos navios em suas viagens ao exterior. Ao longo dos anos venceu várias licitações da Marinha do Brasil para abastecer nossos navios em portos estrangeiros. Comprou um apartamento no Rio de Janeiro, que passou a ser sua base. Encontrei-me com ele algumas vezes, especialmente no final da década de 1970.

Mas suas raízes espanholas eram latentes; só decidiu voltar à Espanha após a morte de Francisco Franco em 1975!

## Segunda Vida

Tive um outro amigo, alemão, também com uma inusitada história de vida. Chamemo-lo Franz.

Eu o conheci em 1981, em Libreville, capital do Gabão (onde o francês é a língua oficial), quando eu trabalhava para uma empresa privada brasileira como gerente de exportação para a África. Para minha surpresa Franz falava fluentemente a língua portuguesa do Brasil, quase sem sotaque.

Antecedentes: ao outorgar a soberania às suas colônias africanas – principalmente entre 1958 e 1961 – o governo francês as induziu a contratar milhares de funcionários, professores e assessores franceses para os cargos de suas estruturas governamentais especialmente em decorrência do esvaziamento civil e militar da ocupação francesa da Argélia, com sua independência em 1962. Em todas as ex-colônias esses *expatriés/expatriados* gozavam de vários privilégios não atribuídos aos semelhantes locais dentre os quais remunerações superiores, dois meses de férias anuais e um bilhete aéreo por ano entre as ex-colônias e seus países de origem!

Franz disse-me que havia nascido na Rússia, a principal das quinze ex-Repúblicas soviéticas, em uma das várias comunidades de língua alemã existentes naquele país.

Em 1º de setembro de 1939 o exército nazista invadiu a Polônia, dando início à 2ª Guerra Mundial; e no dia 17 desse mesmo mês Hitler firmou um pacto com a União Soviética dividindo a Polónia em duas partes, ocupadas pelas duas então

aliadas. Em 22 de junho de 1941 Hitler ignorou o pacto de 1939, apropriou-se de toda a Polónia e invadiu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Quando as tropas nazistas encontraram aquelas populações de língua alemã na Rússia receberam ordem de transferi-las para a Alemanha ou seus territórios ocupados. Nessa ocasião Franz tinha três anos de idade; não conheceu seu pai, provavelmente enviado para a Sibéria pelos russos; então sua mãe, com três filhos pequenos, iniciou uma longa jornada da Rússia para a Alemanha, em meio a tropas e equipamentos bélicos movimentando-se para combate. Instalaram-se no sudoeste da Alemanha, próximo à Floresta Negra. As crianças passaram a frequentar a escola.

Com o fim da guerra na Europa, em 8 de maio de 1945, a região onde a família vivia passou a fazer parte da zona de ocupação americana da Alemanha dividida. Os soviéticos passaram a exigir dos americanos o retorno à Rússia das populações deslocadas, mas os americanos não se empenharam nisso. Então Franz, sua mãe e seus irmãos esconderam-se na Floresta Negra por várias semanas conseguindo evitar tal retorno.

Com o passar dos anos Franz passou a frequentar uma universidade e graduou-se em Economia. Após diplomado ele tornou-se voluntário para integrar os programas de intercâmbio patrocinados pelo governo alemão. Foi enviado inicialmente para Portugal onde viveu por mais de um ano. Posteriormente, ainda como intercambista, foi enviado ao Rio de Janeiro onde viveu por mais de um ano.

Em abril de 1974 a Revolução dos Cravos em Portugal depôs o Primeiro-Ministro Marcello Caetano e levou o governo a ser assumido pelo Partido Comunista, única organização política existente após a ditadura de Oliveira Salazar. Mas as eleições ocorridas um ano depois demonstraram que os comunistas eram apoiados por apenas cerca de 10% dos eleitores e o governo comunista deixou o poder. Entretanto, nesse período de cerca de um ano após abril de 74, o governo comunista da metrópole concedeu uma independência desorganizada às cinco colônias portuguesas da África, entregando seus respectivos governos às principais organizações esquerdistas locais.



Ora, em 1975 Franz estava envolvido nas atividades de intercâmbio na então colônia de São Tomé e Príncipe. Seu relacionamento com as novas autoridades do governo esquerdista desta novel República começou a se deteriorar sensivelmente e ele quis deixar o programa e sair da Ilha de São Tomé, o que lhe foi negado. Passou a conceber então uma fuga da ilha. Ela teria de ser efetuada com uma embarcação e destinar-se-ia ao litoral africano mais próximo, isto é, a uma praia da República do Gabão, a 280km de São Tomé. Com a parceria de um saotomense conseguiu um pequeno barco a vela e dispôs-se a cruzar o Golfo da Guiné, mas foi impedido pela polícia. A frustração dessa primeira tentativa não o impediu de tentar uma segunda empreitada, também frustrada! Mas a terceira tentativa foi bem-sucedida...chegaram a uma praia gabonesa.

O Gabão era governado por um ditador de direita; quando soube da chegada de dois refugiados egressos de um governo comunista recebeu-os com honras e privilégios. O economista Franz foi nomeado professor na Universidade estatal, e ganhou um cargo de assessor em um Ministério. Considerado *expatrié* foi-lhe dito que teria direito



a dois meses de férias anuais e lhe perguntaram qual o destino do seu bilhete aéreo anual; resposta de Franz: Rio de Janeiro com conexão em Paris. Ainda um outro privilégio: passou a viver em um ótimo hotel a beira-mar, custeado pelo governo.

No último de nossos encontros disse-me orgulhoso que havia conseguido fazer pão de estilo alemão no seu quarto do hotel! ■

---

\* Capitão de Mar e Guerra (Ref°)



4º SALÃO ITINERANTE

# “NAVEGA BRASIL”

No dia 29 de julho, o Navio-Escola “Brasil” recebeu a abertura da quarta edição do Salão Itinerante “Navega Brasil”, fruto da parceria entre a Academia Brasileira de Belas Artes (ABBA), o Clube Naval e o próprio navio. A iniciativa reúne obras criadas por acadêmicos da ABBA especialmente para serem doadas, durante a XXIX Viagem de Instrução de Guardas-Marinha, a instituições nos países que integram o roteiro do navio. A ação busca divulgar, por meio da arte, a riqueza e a beleza do Brasil, ao mesmo tempo que fortalece os laços culturais com as nações visitadas.

A cerimônia contou com a presença do Comandante do Navio-Escola, Capitão de Mar e Guerra Rodrigo Monteiro Lázaro, que recebeu autoridades, artistas e convidados. Entre eles estavam a Presidente da ABBA, Dra. Vera Gonzalez; o Presidente do Clube Naval, Almirante de Esquadra (RM1-FN) Alexandre José Barreto de Mattos; o Comandante da Força de Superfície, Contra-Almirante Alexandre Bessa de Oliveira; e o Diretor do Departamento Cultural do Clube Naval, Capitão de Mar e Guerra (RM1) Alberto Piovesana Júnior.



O Comandante Rodrigo Lázaro entrega uma lembrança do navio para a Presidente da Academia Brasileira de Belas Artes, Dra. Vera Gonzalez



Cerimonial à Bandeira

Encerrando a programação, todos foram convidados a participar do Cerimonial à Bandeira Nacional, realizado no convoo do navio. ■



# VISITA *guiada*

**SERVIÇO GRATUITO**

Venha conhecer a história, arquitetura e obras de arte da Sede Social. Disponibilizamos um Guia para acompanhar os visitantes, de segunda a sexta-feira, das **14h às 17h**.

Mais informações ou agendamento de visitas pelo telefone: **(21) 2112-2435**, das **13h às 19h**.

# ESQUADRA



**BERGESEN**  
AGÊNCIA MARÍTIMA



**POUPEX**



**AMAZUL**

Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.



Clube Naval



**DURAN**  
CONSTRUTORA



**FujiMetallock**  
BRASIL



**piraquê**



Wilson, Sons